

UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ

ROSANGELA RIBEIRO

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE ADOLESCENTES DO PROGRAMA RIO
CRIANÇA CIDADÃ SOBRE ADOLESCENTE E TRABALHO

Rio de Janeiro

2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

ROSANGELA RIBEIRO

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE ADOLESCENTES DO PROGRAMA RIO
CRIANÇA CIDADÃ SOBRE ADOLESCENTE E TRABALHO

Dissertação apresentada à Universidade
Estácio como requisito parcial para a
obtenção de Mestre em Educação.
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Lúcia Velloso
Maurício.

Rio de Janeiro

2006

ROSANGELA RIBEIRO

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE ADOLESCENTES DO PROGRAMA RIO
CRIANÇA CIDADÃ SOBRE ADOLESCENTE E TRABALHO

Dissertação apresentada à Universidade
Estácio como requisito parcial para a
obtenção de Mestre em Educação.

Aprovada em

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a Lúcia Velloso Maurício
Universidade Estácio de Sá

Prof^a. Dr^a Margot Campos Madeira
Universidade Estácio de Sá

Prof^a. Dr^a Maria de Lourdes Rangel Tura
Universidade Estácio de Sá

Dedico esse trabalho aos meus queridos pais Wanda e Renato, que me fizeram a pessoa que sou.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, os meus sinceros agradecimentos a todos que tornaram possível a realização deste trabalho.

Agradeço, de coração, à Profª Drª Lúcia Velloso Maurício, por ter me “adotado” como sua orientanda e por ter me auxiliado com dedicação e seriedade a encontrar o meu caminho.

Aos meus professores, que me ensinaram a compartilhar o maravilhoso caminho da construção do conhecimento humano.

Ao Comandante da 5ª Divisão de Levantamento e ao Coordenador do Programa Rio Criança Cidadã, o 2º Ten R/1 José Maria do Nascimento Monteiro, que abriram as portas desta Instituição, possibilitando a realização dessa pesquisa.

Aos alunos do Programa Rio Criança Cidadã, por me brindarem com a força de suas palavras.

E a Marlene, um pedacinho da minha família, pelo acolhimento e pelo amor.

De tudo ficaram três coisas:
a certeza de que estamos sempre
começando...
a certeza de que é preciso
continuar...
a certeza de que seremos
interrompidos
antes de terminar...

Façamos da interrupção um
caminho novo...
Da queda, um passo de dança...
Do medo, uma escada...
Do sonho, uma ponte...
Da procura, um encontro.
(Fernando Sabino)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 REVISÃO DA LITERATURA E O OBJETO DA PESQUISA	14
1.1 POBREZA	14
1.2 MENINO DE RUA	19
1.3 A POLISSEMIA DA NOÇÃO DE EXCLUSÃO SOCIAL.....	23
1.4 CIDADANIA.....	26
1.5 TRABALHO	29
1.6 CRIAÇÃO DO PRCC	34
1.7 RELAÇÃO ENTRE OS TEMAS DE ESTUDO E O PRCC, SEGUNDO A TEORIA DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL	46
2 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO	49
2.1 REPRESENTAÇÃO SOCIAL.....	49
2.2 METODOLOGIA.....	56
2.3 LEVANTAMENTO DO CONTEÚDO DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL.....	64
3 RESULTADOS.....	68
3.1 OS DADOS	68
3.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS	96
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	108
5 REFERÊNCIAS.....	114
ANEXO I – FICHA SÓCIO-ECONÔMICA	118
ANEXO II – ENTREVISTA.....	119

INTRODUÇÃO

Criança é coisa séria

A criança é o princípio sem fim. O fim da criança é o princípio do fim.

Quando uma sociedade deixa matar as crianças é porque começou seu suicídio como sociedade.

Quando não as ama é porque deixou de se reconhecer como sociedade.

Afinal, a criança é o que fui em mim e em meus filhos, enquanto eu e a humanidade.

Ela como princípio é a promessa de tudo. É minha obra livre de mim.

Se não vejo na criança, uma criança, é porque alguém a violentou antes e o que vejo é o que sobrou de tudo que lhe foi tirado. Mas esta que vejo na rua, sem pai, sem mãe, sem casa, cama e comida, essa que vive a solidão das noites sem gente por perto, é um grito, é um espanto. Diante dela, o mundo deveria parar para começar um novo encontro, porque a criança é o princípio sem fim e o seu fim é o fim de todos nós.

Herbert de Souza (O Betinho)

O último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2004, confirmou que o Brasil é um país jovem. As crianças e adolescentes representam hoje mais de 1/3 da população brasileira, ou cerca de 60 milhões de pessoas. Deste total, 809 mil crianças e adolescentes na faixa dos 7 aos 14 anos de idade ainda estavam fora da escola. Dos quase dois milhões na faixa etária dos 15 aos 17 anos, 886 mil afirmaram não estudar por vontade própria, 517 mil por doença ou incapacidade e 390 mil tinham que trabalhar.

Os números mostram que o “direito à educação”¹ - considerado como base - ainda não foi garantido. Boa parte dessas mesmas crianças e adolescentes também vive em situação de risco social, de acordo com a definição da Lei 8069/90, que instituiu há 15 anos o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Considerada

¹ Constituição Federal de 1988 – Art. 205.

uma lei avançada para os padrões internacionais, o ECA veio para promover e garantir os direitos das crianças e dos adolescentes com base no princípio da proteção integral, conforme sugeriu a Organização das Nações Unidas (ONU), na Assembléia Internacional de 1989.

Em junho de 1992, o Tratado “Em Defesa e Proteção das Crianças e dos Adolescentes”, que foi elaborado pelas Organizações Não-Governamentais (ONGs) e pelos Movimentos Sociais participantes do fórum Global no Rio de Janeiro (CANDAU, 2000), em seu item 3 diz: “Torna-se fundamental que a criança e o adolescente tenham garantido o seu direito à vida com dignidade, ao amor e aos cuidados básicos que incluem: alimentação, habitação, atenção básica de saúde, acesso à educação e ao lazer”².

De lá para cá, os Conselhos de Defesa de Direitos e os Conselhos Tutelares têm se estruturado em alguns municípios de forma mais efetiva, e ainda timidamente em outros. As ONGs, entre outras, a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, o Instituto PROMUNDO, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), a Associação Brasileira Terra dos Homens (ABTH), a Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência (ABRAPIA) também estão fazendo sua parte, seja na oferta de serviços ou na mobilização e articulação de ações para (re) formulação de políticas públicas para o segmento.

Entretanto, todo esse esforço ainda tem sido insuficiente para reverter a situação de milhares de jovens que se encontram vulneráveis a diversas formas de “exclusão”. Ainda há uma distância enorme entre a lei e a realidade. Para tal, o

² CANDAU, V. M. Oficinas pedagógicas de direitos humanos. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000. Disponível em: http://www.multirio.rj.gov.br/seculo21/texto_link.asp?cod_link=163&cod_chave=2&letra=a. Acesso em: 14 set. 2004.

Governo Federal também faz a sua contribuição, e implanta em 2005 um programa voltado para jovens, com idade entre 18 e 24 anos, especialmente na periferia das grandes cidades. Coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República, integrando ações dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Trabalho e Emprego e da Educação – o ProJovem - Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária tem o propósito de investir em uma política nacional com programas e ações voltadas para a juventude.

Sempre fui sensível aos níveis de pobreza e desigualdades sociais impostos de forma bastante perversa em e pela nossa sociedade, a uma grande parcela da população, em particular a crianças e adolescentes. Quando fui morar no coração da Praça Saenz Peña, no bairro da Tijuca, Zona Norte do Rio de Janeiro, meu olhar passou para pequenos transeuntes que ali permaneciam durante o dia e muitas vezes à noite. Conhecidos e chamados por muitos de “meninos de rua”³, naquele contexto, faziam de tudo: esmolavam, roubavam, vendiam, comiam, liam, tomavam banho e brincavam no chafariz da praça, se drogavam e dormiam pelo chão etc. Com passar do tempo, e abandonados à sua própria sorte, passaram a fazer parte da paisagem local, fazendo das ruas seu próprio lar, bem como local e estratégia de sobrevivência. Meu coração foi tocado, não pela pena, mas pelo modo indigno e desumano em que vivem aquelas crianças e adolescentes, vidas postas à margem, que retratam uma forma cruel de exclusão social.

Quando em 1993, o Centro de Estudos de Pessoal (CEP), local onde trabalho, passou a ser uma das primeiras Organizações Militares/Unidades Assistenciais (OM/UA), participando do Programa Rio Criança Cidadã (PRCC), um projeto aguçou minha curiosidade.

³ Neste trabalho o termo “meninos de rua” será utilizado para se referir a meninas ou meninos que trabalham ou dormem nas ruas.

Fruto de um convênio celebrado entre o Governo Federal, representado pelo Comando Militar do Leste (CML), os Governos do Estado do Rio de Janeiro e do Município do Rio de Janeiro e a Arquidiocese do Rio de Janeiro, através da Pastoral do Menor, a Associação Beneficente Rio Criança Cidadã, por intermédio do Programa Rio Criança Cidadã (PRCC), presta, em conjunto, assistência integral a 860 jovens, meninas e meninos em situação de risco social.

Em outubro de 1993, a Associação Beneficente Rio Criança Cidadã (ABRCC), foi fundada como uma organização beneficente, educativa, filantrópica e sem fins lucrativos.

Os jovens são selecionados em comunidades carentes. Para ingressar no Programa devem ter idade entre 14 e 17 anos, residência fixa, ter um responsável, família de baixa renda e estar matriculado no ensino fundamental (de 5ª a 8ª série) ou no ensino médio da rede pública de ensino.

O Programa tem caráter preventivo e busca a conquista da cidadania dos jovens, por meio da educação integral. Proporciona iniciação ao trabalho, reforço escolar, atividades de esporte, cultura e espírito cívico.

No mestrado, ao me deparar com uma escolha sobre o que pesquisar, não tive dúvidas - era a minha chance de testar o Programa, de saber se ele realmente funciona, privilegiando a fala daqueles que sofrem ação direta, os adolescentes-alunos. Por este motivo, optei pelo Mestrado em Educação, em particular a Linha de Pesquisa Representações e Identidades nas Práticas Educativas, pois a Psicologia Social se propõe a estudar o indivíduo (pessoal e grupal) no conjunto de suas relações sociais que são historicamente construídas, de acordo com suas normas, crenças, valores etc.

Essa pesquisa teve como objetivo analisar as representações sociais sobre o PRCC pela ótica dos adolescentes-alunos, adotando a teoria das representações sociais de Moscovici, associada à abordagem estrutural de Abric. Através dos sentidos que os adolescentes-alunos atribuem ao ser adolescente e à preparação para o trabalho desenvolvida pelo Programa, vamos perceber o que, para eles, constitui risco social.

A pesquisa poderá contribuir para a reflexão sobre a formulação de novas políticas educacionais, com novas práticas profissionais, e avaliar o grau de acerto de determinadas ações pedagógicas. Pode, igualmente, possibilitar a implementação mais adequada de medidas de inclusão social, dirigidas aos adolescentes integrantes do Programa Rio Criança Cidadã (PRCC), possibilitando seu ingresso no mercado de trabalho, concursos públicos, cursos e no ensino superior.

Este trabalho está organizado em três capítulos com uma breve consideração final. O primeiro capítulo – revisão da literatura e o objeto da pesquisa - é composto por cinco temas - Pobreza, Menino de Rua, Exclusão Social, Cidadania e Trabalho – e o histórico do Programa.

Esses temas foram escolhidos, porque essa pesquisa é sobre um Programa que tem como proposta promover a conquista da cidadania de jovens oriundos de família de baixa renda e que se encontram em situação de risco social.

Foi incluída neste capítulo uma noção da história da Criação do PRCC - como foi criado e firmado o convênio, os projetos desenvolvidos, além do Programa e como está estruturado.

No segundo capítulo – referencial teórico-metodológico – foi abordada a teoria das representações sociais de Moscovici, associada à abordagem estrutural de

Abriç. E, através da teoria das representações sociais, examinaram quais os sentidos e significados atribuídos pelos sujeitos a adolescente, que revelam a sua identidade, e a trabalho, instrumento proposto pelo Programa para evitar a situação de risco social.

Este mesmo capítulo descreve, passo a passo, a Metodologia da pesquisa. Nele foram explicados os critérios adotados para a escolha do local, os instrumentos utilizados, a tabulação dos resultados e os critérios empregados para levantamento do conteúdo das representações.

No terceiro capítulo - resultados – foram explicados todos os dados obtidos, a transcrição dos dados em tabelas e sua categorização, e a frequência das evocações. Na Análise dos Resultados, foi relatado como os resultados foram analisados e a relação ou não existente entre os critérios estabelecidos.

As Considerações Finais constituem uma sistematização do que foi sendo analisado, no decorrer de todo o texto.

1 REVISÃO DA LITERATURA E O OBJETO DA PESQUISA

1.1 POBREZA

[...]
 Você tem sede de que?
 Você tem fome de que?
 A gente não quer só comida,
 A gente quer comida, diversão e arte.
 A gente não quer só comida,
 A gente quer saída para qualquer parte.
 A gente não quer só comida,
 A gente quer bebida, diversão, balé.
 A gente não quer só comida,
 A gente quer a vida como a vida quer.
 [...]
 A gente não quer só comer,
 A gente quer prazer pra aliviar a dor.
 A gente não quer só dinheiro,
 A gente quer dinheiro e felicidade.
 A gente não quer só dinheiro,
 A gente quer inteiro e não pela metade
 [...].

(Arnaldo Antunes)

O Centro de Políticas Sociais - instituição vinculada ao Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da Fundação Getulio Vargas (FGV), a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2004 (Pnad-2004), do IBGE, divulgou que a pobreza brasileira recuou cerca de 8% em 2004, sendo a maior queda desde 1992.

O especialista Marcelo Cortes Néri, chefe da área social da FGV, anunciou que a pobreza passou a atingir 25,3% da população brasileira em 2004, depois de alcançar 27,3% em 2003. Segundo ele, a pesquisa demonstra uma queda significativa na pobreza, movida pelo aumento do emprego, da expansão da massa de salários e a inclusão de domicílios com rendimentos⁴.

⁴ Jornal Folha de São de Paulo – Pag.: B-7 – Cad.:/Col.: Dinheiro – Data: 27.11.2005

Em geral, a pobreza é quase sempre pensada sob a forma de carência material, como uma categoria privada de bens sócio-econômicos e de fácil mensuração. No entanto, a pobreza contemporânea tem uma natureza multidimensional que pode ser compreendida e definida de diversas maneiras. No caso brasileiro, autores, como Demo (2001), abordam a natureza política da pobreza, focalizando os processos históricos de destituição de poder da população submetida a esta condição.

Em pleno século XXI, ainda não se conseguiu erradicar a pobreza e a fome, apesar das promessas de maior igualdade entre países, explicitadas em acordos internacionais nas últimas décadas do século XX. Este período foi marcado pelo discurso dominante sobre direitos humanos, eqüitatividade e globalização. Em vez disto, de acordo com Rizzini (2003), o que se viu foi o crescente distanciamento entre ricos e pobres, aumentando a desigualdade social e econômica no mundo.

Segundo Rocha (2005, p. 9), “pobreza é um fenômeno complexo, podendo ser definido de forma genérica como a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada”. Essa autora diz, ainda, que as necessidades básicas estão relacionadas à sobrevivência física das pessoas, à alimentação e a outras que chama de humanas, às quais incorpora uma gama mais ampla de necessidades, como: a educação, saneamento e habitação.

As discussões sobre a problemática da pobreza, afirma Rocha (2005), tiveram início em países de diferentes níveis de desenvolvimento social e produtivo. Enfatizaram a natureza do fenômeno, o que remete às noções de pobreza absoluta e relativa.

A noção de pobreza absoluta está vinculada ao não-atendimento das condições mínimas vitais, relacionadas às questões de sobrevivência física,

conforme explica Rocha (2005), e em qualquer lugar do mundo é definida em termos quase idênticos. Já a pobreza relativa é quando as necessidades a serem satisfeitas são definidas em função do modo de vida predominante na sociedade em que vive o homem, o que significa ter como objetivo social, a redução das desigualdades de meios entre os indivíduos.

Em seus estudos, Paugam (2004) diz ter ficado impressionado com o aumento do número de pessoas que, para satisfazer as suas necessidades, recorriam aos serviços de assistência social. Decidiu definir a pobreza, sociologicamente, a partir da relação de assistência. Através dos resultados da pesquisa de campo, concluiu que atualmente a pobreza não é um estado perpétuo e imutável, corresponde mais a um processo. Segundo o autor, toda definição estática da pobreza encobre a origem e os efeitos a longo prazo das dificuldades dos indivíduos e de suas famílias, pois reúne em um mesmo grupo, populações cuja situação é heterogênea.

Para dar conta deste fenômeno, Paugam (2004, p. 68) elaborou o conceito de desqualificação social que:

caracteriza o movimento de expulsão gradativa, para fora do mercado de trabalho, de camadas cada vez mais numerosas da população - e as experiências vividas na relação de assistência, ocorridas durante as diferentes fases desse processo.

O autor realça que o status social dos pobres socorridos pela assistência e o caráter multidimensional, dinâmico e evolutivo da pobreza são valorizados pelo conceito de desqualificação social.

Não existe dúvida, concluiu Paugam (2004, p.71), de que a intensidade do fenômeno se tornou uma “nova questão social”. Afetou toda a sociedade, podendo ameaçar a ordem social e a coesão nacional, pois a desqualificação social

estabelece uma relação de interdependência entre os pobres e o resto da sociedade, visto que um número crescente de indivíduos é considerado como pertencente à categoria de pobres ou de excluídos.

Não ter e não ser, segundo Demo (2001), são as duas formas de pobreza. A versão material da pobreza é a face mais visível. É a forma tratada usualmente pelos cientistas e planejadores, pois trabalham com grandezas empíricas. É a que se encontra, espanta e constrange pela presença concreta nas ruas. Pobreza não é um elemento natural, mas desigualdade produzida nos tipos históricos de organização da sociedade. Manifesta-se de maneira quantitativa na falta de renda, habitação, nutrição, trabalho e saúde. A pobreza política é difícil de reconhecer, porque não se vê com facilidade, já que não estamos acostumados a considerar como pobre, a pessoa privada de sua cidadania. É pobreza a opressão qualitativa que gera desigualdades pungentes, nos horizontes do ser coibido de organizar o próprio destino, com autonomia mínima em defesa de seus direitos. A infelicidade e a insatisfação, que nem sempre são materiais, não costumam matar como a fome, mas também destróem.

Desta forma, destaca Demo (2000), pior que estar desempregado ou passar fome é desconhecer que o desemprego ou a fome são partes de uma história de exclusão. O indivíduo não percebe que a pobreza é injusta, cultivada, mantida e imposta.

Alves-Mazzotti e Duarte (2001) nos dizem que a crise econômica no Brasil vem deixando enormes conseqüências sociais. Destacam, entre outras, a existência de pessoas vivendo em pobreza absoluta, levando “crianças e adolescentes a buscar nas ruas os meios de sobrevivência” (ALVES-MAZZOTTI; DUARTE, 2001, p. 391).

Demo (1995) compartilha da mesma idéia das autoras e garante que crianças e adolescentes vão para a rua por uma questão de sobrevivência material própria e/ou da família. O grande desafio é retirá-las da rua, pois o seu lugar é na família e na escola. Assegura também que “as pesquisas mostram que quase todas as crianças e adolescentes têm família, nas quais os problemas materiais não são certamente os únicos” (DEMO 1995, p. 106), na maioria das vezes acompanhados de desajustes familiares. Desta forma, Demo (1995, p. 106) afirma que “como pobreza é, via de regra, um fenômeno familiar, a recuperação da família parece essencial”.

1.2 MENINO DE RUA

[...] É filho da miséria tiro morte coisa séria
Coisas que no fim do mundo não tem solução

Menino de rua com os sonhos ao léu
Dormindo na fria calçada
Pra um dia acordar no céu

Menino que cheira, que chora, que dança
Que cedo não é mais criança
Menino mestiço que rouba, que foge, que pede
Mulato preto e branco na solidão
Menino do eixo do mundo buraco profundo
Da dura tortura sem fim
Menino da favela, da trombada do morro
Coronhada cacetete e camburão [...]

É trombadinha, é pivete, é ladrão é pixote
é o anão que o diabo adotou [...]

(Catuípe Jr.)

Meninos de rua ou a história de crianças abandonadas no Brasil teve seu início logo depois da colonização, em 1550. Com o objetivo de catequizar os índios, principalmente as crianças e os jovens e pela dificuldade de entendimento do dialeto indígena, os jesuítas solicitaram a Portugal que enviassem dez jovens órfãos, pois pensavam que esses poderiam aprender rapidamente a língua dos indígenas (LEITE, 2001). Contudo essa iniciativa não deu certo, pois, em pouco tempo, alguns jovens eram assediados pelas índias e fugiam com elas. Em nossa história, esses jovens, ao fugirem com as índias, tornaram-se os primeiros meninos de rua no Brasil. Eram chamados pelos jesuítas de patifes. Os outros jovens se tornaram os pequenos Jesus, assim chamados pelos missionários. Em língua nativa pregavam e oravam pelas selvas.

De acordo com Leite (2001, p. 10), para abrigar esses “meninos bonzinhos”, em 1551, os padres inacianos fundaram, no Brasil, os primeiros colégios internos.

Iniciava-se, deste modo, uma política do recolhimento e internamento que vigorou até 1990. Apesar desses cuidados, aproximadamente duzentos anos depois, em 1738, a imprensa noticiava um significativo aumento do número de crianças abandonadas pelas ruas do país.

O problema da infância brasileira preocupou o meio científico desde 1836. Leite (2001) destaca que, por quase quarenta anos, os trabalhos acadêmicos referiam-se às crianças pobres, versando sobre temas como: a ausência de escolaridade, a prostituição infantil, o delito e a delinqüência precoce, entre outros.

Manoel Francisco Correia (1876 apud LEITE, 2001, p. 16) se dedicou ao tema meninos de rua, definindo-os como:

Órfãos ou abandonados por pais indigentes e entregues à sua própria sorte, propensos a formar um núcleo de futuros criminosos. Por isso, a necessidade de se ocupar deles, evitando que se tornem elementos de desordem e perturbação da vida social, mas que sejam operários do progresso nacional.

Rizzini e Butler (2003) afirmam que na primeira metade da década de 1980, a produção acadêmica enfocava sobretudo duas áreas de interesse: os menores institucionalizados - as crianças e adolescentes que viviam em instituições sob a guarda do Estado, e os chamados meninos de rua - aqueles que se encontravam pela rua.

Segundo os autores, estes primeiros estudos de cunho qualitativo tiveram importante papel de provocação para repensar as ações do Estado nos serviços prestados à população infantil e juvenil em situação de pobreza, direcionando o foco da análise para políticas nacionais que visam o crescimento econômico em detrimento do bem estar da população. Essas primeiras pesquisas sobre meninos de rua reconhecem que a presença de crianças e adolescentes nas ruas nos grandes centros urbanos era uma realidade do Brasil.

Na ocasião, não havia uma tipologia da população das crianças e adolescentes nas ruas que diferenciasse os tipos de crianças que ali se encontravam, como por exemplo: os meninos, as meninas; quem trabalhava nas ruas e depois retornava para casa e os que dormiam nas ruas. Buscava-se definir e quantificar este grupo. A revista Times, em 1978, publicou um artigo que mencionava um número de dois milhões de crianças brasileiras abandonadas pelos pais. Em 1984, o Fórum de Idéias da Unicef indicava trinta milhões. Sete milhões era o número que mais se citava na década de 1980, pelos relatórios institucionais e jornalísticos e pelo meio acadêmico (RIZZINI e BUTLER, 2003).

Hecht (1998 apud RIZZINI e BUTLER, 2003, p. 23,) observou que este número citado era uma estimativa e não correspondia à realidade. Em seus estudos conclui que para cada um milhão de residentes, haveria, vivendo nas ruas, 115 crianças. E, no Rio de Janeiro (IBASE: 1993), foram encontradas 797 crianças e adolescentes.

Von Simson (2001) entende por situação de risco social aquela que atinge crianças e adolescentes provenientes de famílias de baixa renda (pobreza), vulneráveis aos riscos de marginalização que as envolvem.

Alves-Mazzotti e Duarte (2001) lembram que no Brasil os problemas sociais têm sido enfrentados com violência. Principalmente contra os meninos de rua, cuja presença incomoda e amedronta quem está por perto, induzindo, freqüentemente, policiais e seguranças a praticarem toda sorte de arbitrariedades.

As Diretrizes das Nações Unidas para a Prevenção da Delinqüência Juvenil, Diretrizes de RIAD, no Oitavo Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente afirmam:

[...] reconhecendo que é necessário estabelecer critérios e estratégias nacionais, regionais e inter-regionais para prevenir

a delinqüência juvenil, afirmando que toda criança goza de direitos humanos fundamentais, particularmente o acesso à educação gratuita, tendo presente o grande número de jovens que, estando ou não em conflito com a lei, encontram-se abandonados, sem atenção, maltratados, expostos ao uso indevido das drogas, marginalizados e, em geral, expostos a risco social [...].

Devido à gravidade do problema, vários estudos têm sido desenvolvidos sobre crianças e adolescentes que vivem em situação de risco social. A ênfase tem sido dada a fatores determinantes do modo precário em que se encontram crianças e adolescentes que vivem na periferia, nas favelas e nas ruas levando à exclusão social. Segundo Alves-Mazzotti (1996, 2000), Campos (1999), Minayo (1999) e Zaluar (1999), são múltiplas as situações excludentes que envolvem o adolescente em situação de risco social, entre elas: suas relações com a família, o fracasso escolar, o cotidiano de violência, que levam à negação da cidadania (ALBUQUERQUE, 2001).

1.3 A POLISSEMIA DA NOÇÃO DE EXCLUSÃO SOCIAL

Quando, seu moço, nasceu meu rebento
Não era o momento dele rebentar
Já foi nascendo com cara de fome
E eu não tinha nem nome pra lhe dar
Como fui levando, não sei lhe explicar
Fui assim levando ele a me levar
E na sua meninice ele um dia me disse
Que chegava lá [...]

O meu guri
(Chico Buarque/1981)

Autores como Campos (2001), Nascimento (2003) e Jodelet (2004), entre outros, concordam que o termo exclusão compreende uma gama de fenômenos.

De acordo com Jodelet (2004), a noção de exclusão abrange fenômenos muito variados, que podemos indagar até onde é relevante falar ou tratar de exclusão em geral, o que suporia juntar em uma mesma alternativa todas as configurações que ela toma ou todos os processos que ela implica.

A autora questiona até onde é legítimo relacionar exclusão ao desemprego, ao racismo, aos conflitos internacionais etc. No entanto, Jodelet (2004, p.53) acredita que existe um nível próprio da psicologia social, onde uma abordagem única da exclusão pode fazer sentido: “o nível das interações entre pessoas e entre grupos, que dela são agentes ou vítimas”.

Para Jodelet (2004), a exclusão leva continuamente a uma organização particular de relações interpessoais ou intergrupos, através da qual se traduz de forma material ou simbólica, por exemplo, na discriminação, através do impedimento do acesso a bens ou a recursos, a papéis ou a status; no caso da marginalização, por meio da sustentação do sujeito à parte de um grupo ou de uma instituição. A organização social, com origem estrutural ou conjuntural, inaugurará um tipo

específico de relação social e, como resultado de procedimentos do trato social, se inscreverá em uma interação entre pessoas ou entre grupos.

Campos (2001, p. 105) afirma que tanto para o meio científico, como para a imprensa, a noção de exclusão é utilizada para caracterizar fatos muito distintos, como: desemprego, fracasso escolar, juventude, minorias religiosas etc., tornando difícil compreender o que eles têm em comum. E, no discurso dos cientistas e dos políticos, o termo excluído vem ocupando o lugar que era reservado aos pobres.

Nascimento (2003) entende que os exemplos mais contundentes do que denominamos de “pobres” são os moradores de rua, meninos em situação de risco, trabalhadores infantis, entre outros. Os pobres são pessoas privadas de bens materiais e simbólicos mínimos para prover suas necessidades básicas. Assegura, também, que aparentemente pobreza e exclusão são semelhantes, mas essa união não é tão simples assim. Em certos momentos da História não existiu e nem existe qualquer relação entre pobreza e exclusão. No Brasil, os índios e os escravos são exemplos de exclusão social, não por serem pobres, mas por serem vencidos e aprisionados.

A identificação entre pobres e excluídos, produzida ao longo da modernidade, segundo Nascimento (2003), ocorre hoje por diversas razões, todas relacionadas à natureza da sociedade moderna e às mudanças na noção de exclusão social. Acrescenta, ainda, que atualmente a identidade pobre-excluído foi agravada em consequência de três fenômenos recentes. O primeiro foi a terceira revolução científico-tecnológica iniciada em meados dos anos 70, modificando o padrão técnico-econômico da produção; o segundo, a globalização ou nova expansão do capital na arena internacional, gerando o aumento da desigualdade social já existente entre os países; e o terceiro, a hegemonia do neoliberalismo no mundo

ocidental nos anos 80. Articulados, esses três fenômenos acentuam as desigualdades sociais, aumentam a dimensão da pobreza e criam o desemprego de longa duração.

A diversidade de pessoas e a aceleração do crescimento numérico são as marcas maiores da exclusão social hoje. A exclusão vai incorporar aos seus domínios, de forma cada vez mais rápida, um número crescente e diverso de pessoas, entre elas, os jovens (NASCIMENTO, 2003).

Como reflexo dessa sociedade, os jovens são acometidos por numerosos desafios, problemas e incertezas, alguns novos e outros antigos, entre eles, Nascimento (2003, p. 129) destaca:

a pobreza e a desigualdade social; as crescentes dificuldades quanto à inserção no mundo do trabalho; os problemas da escolarização e da qualificação profissional; a expansão da delinquência e da droga;... . Esses dilemas se resumem na falta de perspectivas e projetos para o futuro.

No que se refere aos jovens, o grande desafio da nação é o de lhes proporcionar condições para desenvolverem um projeto de vida socialmente integrado, que, além de sua realização pessoal, contemple a abolição da exclusão social, o respeito pelo meio ambiente e a consolidação do regime democrático (NASCIMENTO, 2003).

No caso dos jovens, a vitória sobre a exclusão social pode ser alcançada, conforme Nascimento (2003), a partir de quatro dimensões: inserção no mundo do trabalho, integração familiar, participação política e social e controle de riscos da marginalidade e da violência.

Nos tempos recentes, a abordagem da exclusão social, além da perspectiva da economia, também tem sido feita, de acordo com Nascimento (2003), na ótica da cidadania, reconhecendo o indivíduo como alguém revestido de direitos.

1.4 CIDADANIA

[...]

É...

A gente quer viver pleno direito

A gente quer viver todo respeito

A gente quer viver uma nação

A gente quer é ser um cidadão

A gente quer viver uma nação

(Gonzaguinha)

Paro (2001) diz que o termo cidadania, para ser entendido, tem que ser pensado para além do conceito de pessoa percebida como ser natural com características próprias; o termo implica a categoria de indivíduo. Este pertence a uma sociedade historicamente determinada e só se constrói de maneira social no relacionamento com os demais seres humanos. A partir desta relação, a ação do indivíduo perante os demais indivíduos deve acontecer de tal forma que, para preservar seus direitos, sejam preservados também os dos outros indivíduos. Agindo deste modo, o indivíduo estará levando em conta também o seu próprio dever.

Balestreri (2000) argumenta que é necessário lembrar o significado dinâmico das palavras. No passado, o termo Cidadão era sinônimo de membro respeitável da comunidade com poderes e prerrogativas especiais, isto é, com direito a participação política, a influência etc. Na contemporaneidade, a expressão cidadania “expandiu-se e passou a compreender todo o membro da comunidade humana, com direitos e deveres pessoais universais, indisponíveis, inalienáveis, naturais, ...” (BALESTRERI, 2000, p.9).

Alguns desses direitos e deveres estão sintetizados na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, e Balestreri (2000, p.9) enfatiza que:

"Cidadão" é o sujeito da história, de sua própria história e, com outros cidadãos, da história de sua comunidade, de sua cidade, de sua nação, de seu mundo. [...] Cidadão é todo homem e toda a mulher, sem discriminação etária, racial,

sexual, igualado pela condição humana, de onde emana todo o poder político, que somente no seu interesse se justifica.

De acordo com Souza⁵, a realidade, o efeito e o sintoma da ausência da cidadania, é a fome. Para o autor, cidadania é a consciência de direitos democráticos. É, também, o exercício para construir os valores e as práticas democráticas. Cidadania, no Brasil, é essencialmente a luta contra a exclusão social, contra a miséria e mobilização concreta pela mudança das desigualdades sociais que beneficiam uns e ignoram milhões de outros.

Souza afirma, ainda, que cidadão é aquele que tem consciência de seus direitos e deveres, participando ativamente de todas as questões da sociedade.

Conforme o artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos⁶:

Todo homem tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.

Serrão e Baleeiro (1999) destacam a violência como um tema relacionado a questão dos direitos humanos, não apenas a que aparece sob a forma de agressão física, mas, igualmente, a privação de direitos, miséria, desqualificação social, ignorância e desemprego. Para as autoras, cidadania não se limita a uma palavra ou a uma idéia. É uma nova forma de ver, dispor e construir o mundo. Ela está na relação do homem consigo mesmo, com o outro, e estende-se para o contexto social onde todos estão inseridos. Tem como princípios básicos a responsabilidade

⁵Souza, Herbert de (Betinho). Poder do cidadão. Disponível em: <<http://www.acaodacidadania.com.br/>>. Acesso em: 12 janeiro 2006.

⁶Declaração dos Direitos Humanos. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php>. Acesso em: 8 abril 2006.

social, os direitos humanos e o compromisso social na concretização do destino da coletividade.

Candau (1995) assegura que é cada vez mais forte a consciência universal dos direitos humanos, mas, apesar de proclamados, são constantemente violados. A percepção que cada pessoa tem sobre os direitos humanos está bastante associada ao lugar social que ela ocupa na sociedade.

Vida digna, para a grande maioria dos brasileiros, supõe lutar pela satisfação de necessidades básicas. Porém, para outros, lutar pela conquista de uma vida mais digna supõe austeridade, solidariedade e partilha (CANDAU, 1995).

A Constituição brasileira, aprovada e promulgada, em 1988, traz uma preocupação com a cidadania em seu artigo 227, que diz:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Logo depois, em 13 de julho de 1990, foi promulgada a Lei nº 8.069, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que busca garantir os direitos básicos da criança e do jovem, no que se refere ao direito à vida, à alimentação, a um meio ambiente saudável, à participação etc.

Criado pelo ECA, os Conselhos Tutelares Municipais são formados por adultos com função social de assegurar os direitos, bem como fiscalizar a atuação das famílias e do Estado no cuidado, proteção e educação da criança e do adolescente.

1.5 TRABALHO

Sem trabalho eu não sou nada
Não tenho dignidade
Não sinto o meu valor
Não tenho identidade
Mas o que eu tenho
É só um emprego
E um salário miserável
Eu tenho o meu ofício
Que me cansa de verdade
Tem gente que não tem nada
E outros que tem mais do que precisam
[...]

(Renato Russo)

No Brasil, o trabalho infantil é ilegal “a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz”⁷. O trabalho infantil é rejeitado por muitos, desfrutado por outros tantos e exercido por cerca de 3,8 milhões de crianças e adolescentes.

Segundo dados da Unicef, o Brasil é o terceiro país da América Latina que mais inviabiliza a infância e aponta como as principais causas a pobreza e o desemprego crescentes, que servem, muitas vezes, como justificativa para aqueles que empregam esses jovens. Entretanto, muitos desses pequenos cidadãos são a favor de seu direito de trabalho, de maneira digna, o oposto da exploração a que são submetidos.

Conforme Cervini e Burger (1991), vários trabalhos têm abordado a questão dos fatores que levam determinadas crianças a iniciar precocemente no mercado de trabalho. É muito aceita a idéia de que as dimensões, o conteúdo e as condições do trabalho infantil dependem de dois macrofatores: a pobreza e a estrutura do

⁷ Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 - Art. 60. Capítulo V - Do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho.

mercado de trabalho. O primeiro obriga as famílias a adotar condutas que incluem a oferta da mão-de-obra dos filhos menores de idade; e, o segundo, oferece lugar apropriado para incorporar essa mão-de-obra específica.

Para a manutenção e a reprodução da estrutura social mais geral, da qual a pobreza e a estrutura ocupacional fazem parte, de acordo com Cervini e Burger, (1991) existe um sistema de legitimação, assim como existe do mesmo modo um sistema simbólico que legitima e regula as relações entre as crianças e a ordem social.

Este sistema simbólico acomoda as estruturas de preferência, penetrando nos processos de decisão tanto das famílias quanto das unidades de produção. Desta forma, do lado das famílias, este sistema legitima as opções por parte dos adultos pela preferência pelo trabalho da criança e não pela educação, devido às necessidades presentes na família e, do outro lado, a empresa legitima o baixo salário, por exemplo, pago à criança a fim de complementar o rendimento da família (CERVINI; BURGER, 1991).

Os autores afirmam, ainda, que uma outra dimensão influi na inserção das crianças e dos adolescentes no mercado de trabalho. Por um lado, as características dos serviços sociais disponíveis: o acesso, a qualidade e os custos da educação parecem influenciar na escolha da família pela escola ou pelo trabalho. Por outro, a incorporação da mão-de-obra infantil no mercado de trabalho depende das normas jurídicas que regulam as condições desse trabalho e da fiscalização da aplicação efetiva dessas normas. São fatores que ajudam a delimitar o procedimento das empresas e do mercado em geral.

A categoria trabalhador implica na condição de subordinado e de assalariado e contrapõe-se à de patrão. Segundo Zaluar (2000), esse modelo binário envolve o Estado que fixa o salário mínimo, do qual a maioria dos empregados depende.

Os trabalhadores se sentem explorados, tendo que, a cada dia, trabalhar mais para comprar os mesmos produtos básicos para a sobrevivência familiar e, desta maneira, se vêem obrigados a eliminar o lazer e o prazer. E, como consequência, a identidade do trabalhador será associada ao adjetivo pobre. A idéia divulgada entre eles da associação entre trabalho e pobreza é que, para sobreviver, o pobre tem que trabalhar para conseguir dinheiro, por sua vez o rico já tem dinheiro e não precisa trabalhar para viver (ZALUAR, 2000).

O último Censo da Educação Profissional, que foi realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 1999, teve por objetivo coletar dados estatísticos, a fim de orientar os governos federal, estaduais e municipais na implementação das políticas para a Educação Profissional, contando com o apoio do setor privado e das entidades de classe.

Neste setor da educação, ampliar e melhorar continuamente a qualidade dos cursos é fundamental, para o aumento da empregabilidade dos trabalhadores brasileiros, bem como para o aumento de suas chances para disputar novas oportunidades que o mercado globalizado oferece.

A Educação Profissional está dividida em três níveis: básico, técnico e tecnológico. Os cursos básicos são de particular interesse deste trabalho, pois são os oferecidos pelo Programa e são aqueles que independem de escolaridade prévia. O Inep, junto com a Secretaria de Ensino Médio e Tecnológico (Semtec/MEC) e o Ministério do Trabalho, reuniu dados estatísticos destes três níveis.

Um total de 3.948 instituições respondeu aos questionários do Censo da Educação Profissional. Destas, 2.034 oferecem cursos no nível básico. O levantamento mostrou que havia, nos três níveis da Educação Profissional, 2 milhões e 800 mil matrículas em todo o país, dos quais 2 milhões no nível básico. Dos 33 mil cursos de Educação Profissional no Brasil, o Censo revelou, também, que a grande maioria está voltada para o nível básico, correspondendo a 27.555.

Devido à importância do tema, muito se tem debatido e vários estudos têm sido desenvolvidos sobre as reformas educacionais dos anos 90. Autores como Cunha (2000), Neves (1999) e Oliveira (2001) deram ênfase às políticas educacionais, isto é, como o Estado redefiniu o sistema educacional no Brasil.

Segundo Cunha (2000) e Neves (1999), a educação brasileira sofreu rápidas mudanças no Governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), que propôs a formação profissional de um novo tipo de homem, direcionada ao mercado de trabalho.

Parece ter havido um consenso entre Estado, empresários, sindicalistas e organismos internacionais, sobre a universalização da educação básica e a necessidade de políticas de atendimento. Tais segmentos argumentam que, para o trabalhador se inserir no mercado de trabalho e, até mesmo para a sua participação como cidadão na sociedade, a educação básica seria o mínimo de conhecimento exigido (OLIVEIRA, 2001).

Cunha (2000) declara que, após ser criada a Secretaria Nacional de Formação e Desenvolvimento Profissional (Sefor), em 1996, pelo Ministério do Trabalho, através do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (Planfor), gradativamente, almejava ofertar a educação profissional permanente para qualificar ou requalificar cerca de 20% da População Economicamente Ativa (PEA), por ano. Tinha como

meta garantir ações do Governo, competitividade ao setor produtivo e desenvolvimento com justiça social. No entanto, seria primordial a construção e a consolidação de um novo enfoque conceitual e metodológico de educação profissional, sendo traçados vários objetivos de médio e longo prazo.

Por iniciativa do Ministério de Educação e Cultura, os centros de educação profissional entravam em cena na política educacional, com orientação privatizante na gestão e no financiamento. Para a Sefor, a educação profissional deveria ser pensada como complementar à educação básica. Visaria desenvolver o trabalhador, integrando habilidades básicas às específicas e às de gestão. Teria como característica beneficiar pessoas social e economicamente mais vulneráveis (CUNHA, 2000).

O ECA em seu Capítulo V - Do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho – em seu artigo 69 – garante que:

O adolescente tem direito à profissionalização e à proteção no trabalho, observados os seguintes aspectos, entre outros:

- I - respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento;
- II - capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho.

1.6 CRIAÇÃO DO PRCC

A sociedade brasileira, em 1993, estava bastante chocada e mobilizada com o trágico episódio ocorrido em 23 de julho, que ficou conhecido no noticiário do mundo inteiro como a “Chacina da Candelária”. Cena de excessiva violência da Polícia, que colocou novamente em evidência o problema do menor de rua.

Em entrevista, o diretor-presidente da Associação Beneficente Rio Criança Cidadã (ABRCC), Alfredo Sebastião Seixas, explicou que no início da década de 90, o Comandante Militar do Leste, General Rubens Bayma Denys, preocupado com o momento crítico, de pobreza e violência extremas em que se encontrava o Rio de Janeiro e, querendo ajudar, idealizou um Programa que visava contribuir para o resgate da cidadania de crianças e adolescentes em situação de risco social.

O General baseou-se em uma experiência anterior, quando participou de um trabalho em 1984 junto com a Prefeitura Municipal de Resende, cuja finalidade era orientar e treinar adolescentes (meninos e meninas) resendenses carentes, para formar a Guarda Mirim das Agulhas Negras, afastando, deste modo, as crianças do ócio e das ruas.

Reunidos os três níveis de governo - federal, representado pelo Comando Militar do Leste (CML), os do Estado do Rio de Janeiro, representado pela Fundação para a Infância e Adolescência (FIA) e pela Secretaria Estadual de Educação (SEE) e, do Município do Rio de Janeiro, representado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS), pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS) e pela Secretaria Municipal de Educação (SME) e a Arquidiocese do Rio de Janeiro, através da Pastoral do Menor – foi firmado um convênio, em 23 de setembro de

1993, e fundado o Programa Rio Criança-Cidadã (PRCC), gerenciado pela Associação Beneficente Rio Criança Cidadã (ABRCC).

A ABRCC foi criada em outubro de 1993, com a finalidade social de administrar e de executar o Programa Rio Criança-Cidadã (PRCC), obtendo condições materiais e recursos financeiros, junto a Instituições Governamentais e à iniciativa privada, que assegurem a manutenção do Programa e de outros projetos a serem criados. É uma organização da sociedade civil de caráter beneficente, educativa, esportiva, recreativa, cultural e filantrópica, sem fins lucrativos, apolítica e sem distinções religiosas, políticas ou raciais. É declarada Entidade de utilidade pública federal, estadual e municipal.

A Associação tem como função, entre outras, firmar convênios ou acordos de cooperação e apoio com entidades oficiais ou privadas; manter cursos e oficinas profissionalizantes para os adolescentes, divulgando seus trabalhos; gerar, organizar e participar de atividades e eventos esportivos e culturais; promover a formação de profissionais especializados no atendimento ao adolescente.

O ECA em seu o artigo 3º expressa:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

A associação tem como meta enfrentar a pobreza e a violência social, ampliando suas unidades de atendimento ao adolescente. Acredita-se que o cumprimento de sua meta possibilitará maior acesso ao ensino formal, geração de trabalho e de renda como resultado de seu aprendizado profissionalizante, evitando que os adolescentes se envolvam com o tráfico de drogas.

O convênio é renovado anualmente, desde 1993, através de Termos Aditivos entre os conveniados. Tem como proposta prestar, em conjunto, através do PRCC, assistência integral gratuita a crianças e adolescentes em situação de risco social, incluindo educação sistemática na rede pública de ensino e educação assistemática praticada nos quartéis, por meio do apoio pedagógico, de valores humanos, da ética, da moral, do civismo, das artes, do ensino prático profissionalizante e da saúde física. O Programa tem caráter preventivo e é vetado para atividades de reeducação de adolescentes infratores ou que estejam cumprindo medidas sócio-educativas.

O Programa é regido de acordo com as normas dispostas pela Legislação em vigor, em especial pela Lei Federal nº 8666, de 21 de junho de 1993 (Licitações e Contratos da Administração Pública), Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), Portaria nº 182, de 28 de março de 1995 do Exmo Sr Ministro do Exército – delegação de competência e pelo Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro – CAF - (Lei Municipal nº 207/80) e pelo seu regulamento – RGCAF, (Dec nº 3221/81), pela Legislação pertinente do Estado do Rio de Janeiro e do Município do Rio de Janeiro/RJ.

O PRCC iniciou seus trabalhos atendendo a 536 jovens (meninas e meninos) nas instalações de 12 (doze) Organizações Militares/Unidades Assistenciais (OM/UA) do Exército Brasileiro no Município do Rio de Janeiro, escolhidas de acordo com a finalidade de cada Unidade. Em janeiro de 1995, o Programa foi ampliado para os Estados do Espírito Santo, Minas Gerais e interior do Rio de Janeiro. Atualmente atende a cerca de 860 jovens e é desenvolvido em 21 (vinte e um) OM/UA nos Municípios do Rio de Janeiro, Macaé, Campos dos Goytacazes, Petrópolis e São Gonçalo.

O Programa, da mesma forma que o Convênio, tem duração de um ano, podendo o aluno renovar a matrícula. Funciona em horário integral, dividido em dois turnos. Pela manhã nas OM/UA e à tarde na Rede Pública de Ensino. Cada OM/UA trabalha com um efetivo de, no máximo, 50 e de, no mínimo, 30 adolescentes. As Unidades confeccionam o seu quadro de trabalho semanal, onde as atividades (pedagógicas, profissionalizantes, esportivas etc.) são ministradas com a carga horária de 4 horas, alternando as atividades entre os grupos de alunos a cada período de 45 minutos.

Nas UA, os adolescentes são assistidos diariamente por uma equipe de 2 (duas) professoras municipal/estadual, 2 (dois) coordenadores militares do Exército, e no caso das meninas 2 (duas) PM feminina da PMRJ.

O Programa desenvolve oito projetos, um em cada Unidade, de forma simultânea e integrada:

- o projeto Educar tem como objetivo o reforço da aprendizagem e atualização de conhecimentos gerais, desenvolvendo hábitos de estudo, com a finalidade de evitar a repetência e a evasão escolar;
- o projeto Profissionalizar procura assegurar a operacionalização da qualificação profissional, considerando a capacitação e aspirações individuais, e inclui a implementação de sistemas de avaliação e aproveitamento;
- o projeto Mente Sã em Corpo Sã associa o esporte à prática da Educação Física, buscando manter a saúde física e mental;
- o projeto Ser Completo visa o fortalecimento da personalidade, através do aprendizado de comportamentos éticos, das normas de moral, conduta social e da prática da religiosidade;

- o projeto Descobrimos Campeões dá ênfase aos valores e procedimentos do chamado Esporte de Rendimento ou de Alto Nível, que geram atletas segundo padrões internacionais de avaliação;
- o projeto Músico do Amanhã visa desenvolver as vocações e as habilidades musicais;
- o projeto Arte Cidadã tem a finalidade de proporcionar o desenvolvimento das aptidões para artes plásticas, cênicas, cantocoral e artesanato, objetivando despertar o pensamento lúdico para a criatividade e liberdade de expressão; e,
- o projeto Preparação para o Trabalho oferece orientação educacional, com a finalidade de preparar para provas e concursos públicos, e para o ingresso no mercado de trabalho.

Todos os projetos visam desenvolver os seguintes aspectos:

- socializar para o exercício da cidadania e o resgate da auto-estima;
- melhorar o comportamento e a disciplina;
- ampliar o conhecimento das ciências e das culturas;
- aumentar a confiança através da afetividade, amizade e o respeito no dia-a-dia;
- melhorar o estado de saúde e físico, através da alimentação, do atendimento médico/dentário e das atividades física-desportivas;
- expandir o conceito sobre corpo e higiene;
- incentivar o interesse pelo estudo regular;
- orientar sobre assuntos diversos (sexo, drogas, criminalidade etc.);

- despertar interesse pelo conhecimento profissional; e,
- evitar a repetência e a evasão escolar.

Os órgãos responsáveis pela seleção dos jovens nas comunidades carentes do Município do Rio de Janeiro são: a FIA, a SMDS e a Pastoral do Menor. O número de vagas é dividido em quantidade proporcional entre as três instituições, que indicarão os adolescentes para preenchimento das vagas nas Unidades. Cada instituição selecionadora passa a ter responsabilidade civil, diante do Juizado de Menores, pelos adolescentes que selecionou. No ato de inscrição, os pais ou responsável assinam um termo, que autoriza a instituição selecionadora a se responsabilizar junto à Unidade de Assistência.

São exigidos como critérios básicos para o ingresso no Programa: idade entre 14 e 17 anos, residência fixa, ter um responsável, família de baixa renda e estar matriculado na rede pública de ensino.

O PRCC é acompanhado, supervisionado e avaliado por meio de representantes designados pelo (a) CML, SEE, SMDS, SME e SMS. Juntos formam uma Comissão que anualmente inspeciona as Unidades, com o objetivo de avaliar o desenvolvimento do Programa, bem como prestar assessoria técnica. Os membros da comissão reúnem-se uma vez por mês, para discutir as dificuldades e os problemas levantados e encaminhar as possíveis soluções.

A proposta pedagógica de educação assistemática aplicada nas Unidades, bem como o instrumento de avaliação pedagógica para o acompanhamento escolar, devem ser elaborados e aprimorados pelo Centro de Estudos de Pessoal do Exército – CEP, em colaboração com a SEE e a SME.

O Estado e o Município do Rio de Janeiro devem assegurar a matrícula dos alunos do Programa no ensino regular nas escolas de 2º e 1º graus por intermédio das suas secretarias Estadual e Municipal de Educação, respectivamente.

O Programa promove atividades ligadas a apoio pedagógico e reforço escolar, através de professores designados pelas Secretarias Estadual e Municipal de Educação; atividades de caráter profissionalizante nas áreas de refrigeração, eletricidade, mecânica, informática, estética, depilação, auxiliar de consultório dentário, padaria, topografia, jardinagem, lanternagem e pintura de automóveis; e a realização de cursos profissionalizantes, como por exemplo no SENAI, por meio de Convênio efetivados pela FIA.

O PRCC viabiliza o ingresso no campo da educação sistemática na rede pública de ensino (Estadual e Municipal), colégios militares, escolas técnicas, universidades, e em cursos preparatórios para concursos; promove atividades de esporte como futebol, basquete, vôlei, atletismo, futsal, handbal, corrida e caminhada, equitação e natação; proporciona atividades de cultura e lazer, através de visitas a museus, bibliotecas, teatro, exposições, zoológicos, parques, Pão de Açúcar, Cristo Redentor etc; e desenvolve espírito cívico, vivenciando exemplos de ordem, disciplina e culto ao amor à Pátria, visando à conquista da cidadania através da educação, além de assistência à saúde (médico-odontológico), religiosa (catequistas) e social (assistentes sociais) da Pastoral do Menor.

De acordo com a Comissão, em 1999 a avaliação do desempenho das Unidades não obteve resultados negativos, mas foram apresentadas as seguintes soluções:

- do efetivo total (700), houve aproximadamente 30% de evasão;

- no apoio ao ensino, o índice de aprovação escolar foi em média 86,13%, sendo que em 6 (seis) Unidades foi de 100%; e o reforço escolar tem sido ministrado com regularidade;
- no ensino profissionalizante, todas as Unidades forneceram diversos cursos, com exceção de 1 (uma) que estava em obras; contaram com a falta de alguns instrutores especializados e carência de instalações específicas;
- para o mercado de trabalho foram habilitados 210 alunos, dos quais 81 alunos conseguiram colocação;
- o atendimento médico e odontológico foi realizado com regularidade;
- e, quanto à educação física, alimentação, cultura e lazer os objetivos foram alcançados.

Ainda em 1999, foi realizada uma Pesquisa de Opinião que teve como respondentes 83 executores (Comandantes, coordenadores e professores) do PRCC nas OM/UA , assim como 546 usuários, entre alunos e responsáveis. A avaliação geral da pesquisa alcançou os resultados a seguir:

- o Programa no Município de Rio de Janeiro apresenta elevado conceito tanto para os seus executores, como para os seus usuários;
- o ambiente do quartel foi eleito o mais favorável à formação da cidadania;
- as atividades e os cursos desenvolvidos são apropriados para a constituição da cidadania e elevação da auto-estima dos alunos; e,

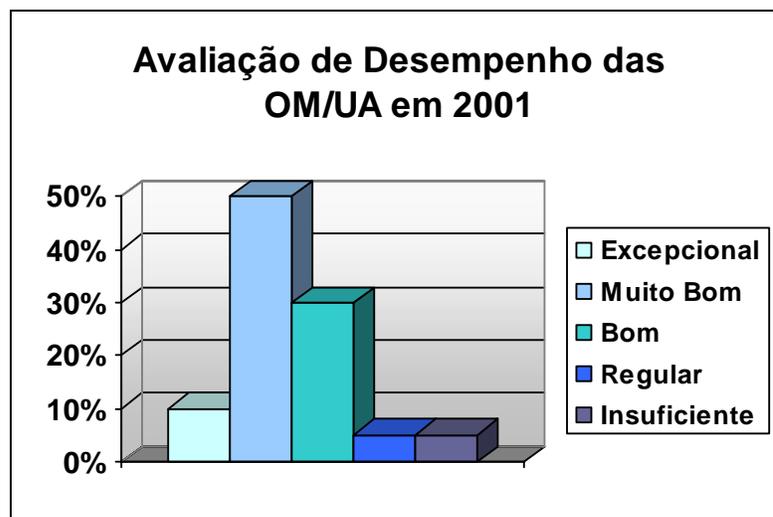
- a alimentação e o tratamento médico receberam alto índice de aprovação.

Em 2000, os resultados da avaliação foram:

- o número de evasão foi de 3% para o efetivo de 700;
- o índice de aprovação escolar foi de 89,60% e o reforço escolar foi prejudicado apenas em 1 (uma) Unidade por falta de professores; na maioria das Unidades os professores têm feito contato com os diretores das escolas - somente em 6 (seis) o contato não se efetivou, devido à falta de transporte, à grande distância entre as Unidades e as escolas e o elevado número de alunos em diferentes escolas;
- no ensino profissionalizante, foram oferecidas diversas oficinas, como: informática, borracharia, capotaria, pedreiro, agente de saúde, inglês etc., mas as dificuldades aumentaram em relação ao ano anterior, porque além da falta de instrutores especializados e de instalações adequadas, contaram com a falta de material;
- e, quanto ao atendimento médico e odontológico, educação física, alimentação, cultura e lazer os objetivos foram alcançados.

Em 2001, a única avaliação disponibilizada foi sintetizada e representada pelo gráfico:

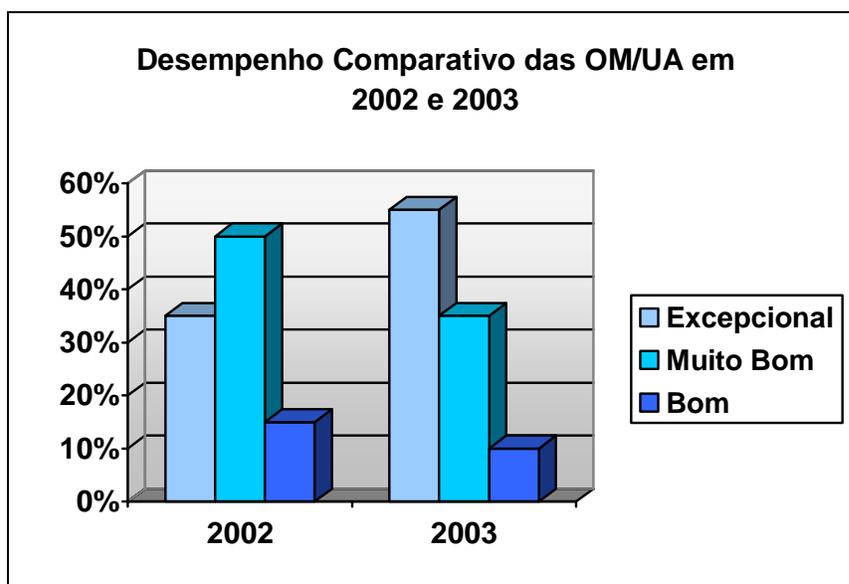
Gráfico 1



Neste ano foram avaliadas 20 (vinte) OM/UA, 90% das quais obtiveram resultados iguais ou acima de bom desempenho. Nas Unidades restantes (10%), os resultados induzem o leitor a concluir que, provavelmente, os conceitos regular e insuficiente foram devidos à falta de professores e desempenho deficiente dos alunos no aprendizado profissionalizante.

A Comissão apresentou o resultado das avaliações das OM/UA de 2002 e 2003 também de maneira sintética, em que deixaram de existir as cinco categorias – excepcional, muito bom, bom, regular e insuficiente - passando para três categorias – excepcional, muito bom e bom - a saber:

Gráfico 2



Quanto aos resultados das avaliações das OM/UA nos anos 2002 e 2003, não foi encontrada nenhuma observação dos dados levantados.

A Comissão de Acompanhamento, através da avaliação de desempenho realizada em 2002, registrou que do efetivo esperado de 800 alunos, 767 jovens estão cursando o Programa, dos quais 327 jovens tiveram acesso à sociedade, por meio de:

- vestibulares para o ensino superior (7 jovens);
- concursos para empregos diversos (13);
- concursos para cursos militares (5);
- encaminhados ao mercado de trabalho (111);
- ingressos no serviço militar (79);
- engajados no serviço militar (19);
- atletas (56); e
- músicos (37).

O adolescente poderá ser desligado do Programa por três motivos: falta de adaptação, desejo próprio ou ter completado 18 anos. Nos dois últimos casos, caberá aos órgãos responsáveis (FIA, SMDS ou Pastoral do Menor), manter atualizado um cadastro de vagas oferecido pela iniciativa privada, buscando meios de inseri-los no mercado de trabalho e, sempre que possível, encaminhá-los para o ensino formal.

1.7 RELAÇÃO ENTRE OS TEMAS DE ESTUDO E O PRCC, SEGUNDO A TEORIA DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL

Que relações podem ser estabelecidas entre os temas – pobreza, menino de rua, exclusão social, cidadania e trabalho – e as representações sociais de um grupo de adolescentes em situação de risco social que participam do Programa Rio Criança Cidadã – PRCC?

O primeiro tema, denominado “pobreza”, tem como premissa o não-atendimento às condições mínimas vitais de sobrevivência física, que devem ser satisfeitas, para minorar as desigualdades de recursos entre os indivíduos. A pobreza se faz categoria relevante, na medida em que se tornou, no mundo dito globalizado, uma questão social. Veja-se a renda *per capita* mal distribuída, concentrada em poucas mãos.

O PRCC é um Programa que objetiva o combate à pobreza, ou seja, o não ter transformado em não ser, pois tem como meta enfrentar a violência social que está calcada na pobreza.

O segundo tema desenvolvido – “menino de rua” - compreende o cenário, o universo potencial desta pesquisa, já que o PRCC possui como proposta a assistência integral e gratuita para crianças e adolescentes em situação de risco social, mais especificamente, para evitar que estes se envolvam com o mundo do tráfico. Esta categoria, menino de rua, promove o repensar das ações do Estado nos serviços prestados a crianças e adolescentes em situação de pobreza, possibilitando a formulação de novas políticas educacionais e a implementação de medidas de inclusão social.

A questão dos meninos de rua nos leva à reflexão acerca da “exclusão social” que consistiu no terceiro tema deste estudo. A exclusão social é uma concepção ampla e genérica, servindo para caracterizar os menos favorecidos que constituem grande parcela da população brasileira.

Pode-se estabelecer uma relação direta entre o PRCC e a perspectiva de diminuição dessa parcela de “excluídos”, afinal o Programa acaba por oferecer aos jovens um projeto de vida socialmente integrado, que proporcione realização pessoal, a partir de uma proposta de inserção no mundo do trabalho e de combate à marginalidade e à violência, buscando garantir, o direito à “cidadania”, constituída no quarto tema deste estudo.

O tema cidadania se traduz como categoria porque, para a inserção deste jovem, adolescente do PRCC, na sociedade, para que deixe de ser um excluído, ou melhor ainda, “menos um”, é necessária luta constante contra a exclusão social; só se alcança a cidadania, combatendo de forma concreta a desigualdade social.

A inserção no mundo do trabalho justifica o quinto tema que é “trabalho”. O PRCC combate o trabalho infantil – de acordo com o ECA - com uma proposta de educação fundamentada no ensino profissionalizante, objetivando a geração de trabalho e de renda para esses jovens adolescentes, formando futuros cidadãos.

Pode-se destacar os projetos Educar e Profissionalizar como base para assegurar a estes jovens uma formação na educação básica e de qualificação profissional, através de sua capacitação.

Por fim, como a representação social orienta o comportamento do indivíduo, a teoria das representações sociais leva em consideração o meio em que o indivíduo está inserido, bem como, sua história e sua cultura.

A adequação da teoria das representações sociais para estudo do PRCC fica mais evidenciada pelo fato de uma representação social ser um modo de pensamento ligado à ação, à conduta dos grupos, uma vez que ela cria, ao mesmo tempo, as categorias cognitivas e as relações de sentido pelas quais as representações são construídas.

As categorias pobreza, meninos de rua, exclusão social, cidadania e trabalho, associadas à teoria da representação social, orientaram um estudo prático, experiencial e de campo, cujos resultados serão expostos no capítulo 3.

2 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

2.1 REPRESENTAÇÃO SOCIAL

O foco desta pesquisa é a análise das representações sociais de um grupo de adolescentes, em situação de risco social, que participam do Programa. Terá como fundamentação a teoria das representações sociais desenvolvida pelo psicólogo francês Serge Moscovici, que se apropria e modifica a noção elaborada por Durkheim de representação coletiva passando para o conceito de representação social.

O conceito de representação coletiva teve sua origem com Durkheim, que dá início a estudos sobre representações individuais e coletivas, vinculados à idéia de construção de uma ciência de base sociológica. Em Durkheim, a representação é coletiva porque conduz todos os membros de um grupo, a pensar e agir de uma maneira uniforme, portanto, é homogênea. Ela é coletiva também porque exerce uma coerção sobre os indivíduos, e perdura pelas gerações, aspecto comum a todos os fatos sociais (MOSCOVICI, 2001).

Em geral Durkheim opõe as representações coletivas às representações individuais através de um mesmo critério, a saber: a característica estável da transmissão e da reprodução de algumas; a variabilidade ou o caráter temporário das outras (MOSCOVICI, 2001).

Segundo Nóbrega (2001, p.60) Moscovici:

Introduz a teoria das representações sociais, tomando como objeto de pesquisa a apropriação da psicanálise pelo grande público francês dos anos 50, o qual difunde esse saber científico inédito,

transformando-o numa forma de conhecimento socialmente elaborado e partilhado enquanto “*saber prático do senso comum*”.

Essa autora diz, ainda, que essa concepção conduz Moscovici à mudança de terminologia (de representação coletiva para o conceito de representação social) que se justifica, de um lado “*pela diversidade da origem tanto dos indivíduos quanto dos grupos*”, por outro lado, reconhece o valor da comunicação enquanto acontecimento que leva às interações sociais, permitindo aos indivíduos transformarem o que é individual em social ou vice-versa. Portanto, as representações são sociais, uma vez que partilhadas, porém não homogêneas, porque são partilhadas na heterogeneidade da diferenciação social. Identifica também as representações sociais como processo criativo que orienta o comportamento do indivíduo, aspecto este inexistente para Durkheim, que considerava o fenômeno como reprodução do pensamento (NÓBREGA, 2001).

Com Durkheim reinava um pensamento que fragmentava o homem, era uma visão dicotômica de um social estático. Moscovici rompe com essa interpretação, ampliando o conceito de representações individuais e representações coletivas, pois era impossível estudar o homem em partes, sem levar em conta sua história e sua cultura. Moscovici desenvolve o que chamou de “o princípio da indissociabilidade”, isto é, não se separa mais o indivíduo da sociedade, o sujeito do objeto, o externo do interno. Este viés, a partir dos estudos de Durkheim, leva Moscovici à construção da teoria das representações sociais. E, através de uma base psicossociológica, propõe pensar o homem e os acontecimentos sociais de uma forma integral, isto é, o objeto com o qual nos deparamos não está mais no campo da sociologia, e sim na interseção indivisível do individual e do social (NÓBREGA,2001).

De acordo com Moscovici (1978 apud Alves-Mazzotti, 2002, p. 18), a representação social tem como função contribuir “exclusivamente nos processos de formação de condutas e de orientação das comunicações sociais”. Ainda nos diz que as representações sociais são “um conjunto de conceitos, proposições e explicações originado na vida cotidiana no curso de comunicações interpessoais”. Elas são o equivalente, em nossa sociedade, aos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais e, atualmente, podem ser vistas como o saber do senso comum.

Principal colaboradora do trabalho de Moscovici, Jodelet (2001) situa a noção de representação social no ponto de interseção do psicológico e do social, compreendendo-a como conhecimento do senso comum e um saber socialmente elaborado e partilhado, com funções de orientação da comunicação e de condutas sociais num processo em que sujeito e realidade se transformam.

Desta forma, a representação social é um conjunto organizado de opiniões, de valores e de crenças, determinada ao mesmo tempo pela maneira como o sujeito constrói e se apropria de um objeto ou de uma situação (concreta ou abstrata), que está diretamente relacionada à sua história e pelo sistema social e ideológico, que dirige e orienta seu comportamento e as suas ações.

Assim sendo, o saber do senso comum se constrói na circularidade da cultura e das idéias e é regido por regras com lógicas variadas, porque é construído por meio das nossas crenças, palavras, atitudes, emoções, comportamentos na vida cotidiana. As representações transitam, propagam-se e consolidam-se continuamente produzidas nos objetos, nas relações e nas comunicações que estabelecemos. Neste dinamismo entre o indivíduo e o social no cotidiano, onde um

atua e interfere no outro, o senso comum resulta num processo onde ambos se modificam.

Moscovici (1976 apud NÓBREGA, 2001, p. 60) considera que as representações sociais se situam nas dimensões da informação, do campo de representação e das atitudes. Afirma que a atitude vem em primeiro lugar, como disposição para ouvir alguma coisa, ou seja, a atitude é uma pré-disposição para a ação e é quem move a conduta e serve de orientação aos comportamentos das pessoas. A informação chega aos indivíduos desigualmente. Toda experiência e informação de diferentes ordens em relação a determinado objeto chegam ao indivíduo que decodifica e descontextualiza, apropriando-se ou não (dele) de acordo com seus próprios interesses e motivações.

O campo de representação é onde se dá a elaboração simbólica das representações, onde são construídos os sentidos das informações sobre o objeto, filtradas segundo valores, normas, símbolos etc., que se fazem nas pertencas edificadas na linguagem e na comunicação. A linguagem é afirmada como construção social histórica, como espaço de mediação no qual o indivíduo, na relação com o outro, constrói suas visões de mundo.

Estes três conceitos (informação, campo de representação e atitudes) se articulam no processo de comunicação enquanto fenômeno que permite às representações explicarem como o novo é produzido nos processos de interações sociais e como, por sua vez, estes geram as representações. Assim sendo, a representação tem como função contribuir na formação de condutas e de orientação das comunicações sociais.

Moscovici (2003), considerando os diferentes grupos sociais e preocupado em estudar os sentidos atribuídos a um objeto, por meio de valores, modelos,

normas, símbolos estereótipos, informações, adota uma abordagem processual que leva em conta a gênese das representações, considerando dois processos sociocognitivos: a objetivação e a ancoragem.

A *objetivação* é um processo pelo qual procuramos tornar concreto, visível ou materializar os conceitos e idéias, isto é, quando procuramos associar um conceito com uma imagem, ela passa do abstrato para o concreto. É neste processo que as informações são selecionadas e descontextualizadas pelo indivíduo e em seguida apropriadas, em conformidade com seu sistema de valores, e relacionadas a acontecimentos de seu universo. Essas informações são organizadas em esquemas ou imagens e seu resultado é o chamado núcleo figurativo. Deste modo, as idéias e símbolos modificam-se, compondo-se como conhecimento socialmente elaborado, adquirindo status diferente ao integrarem-se na realidade do senso comum (MOSCOVICI, 2003; NÓBREGA, 2001).

A *ancoragem* é um processo pelo qual procuramos classificar, encaixar o que não é familiar (ou o que é novo) em um conjunto de categorias usuais, isto é, o enraizamento no social de crenças, valores, modelos etc., que temos como referência na relação com o objeto. Através do processo de ancoragem se confere uma significação a um dado objeto representado, de acordo com a cultura do grupo de pertença e/ou de referência. Desta forma, o objeto adquire materialidade, proporcionando o enraizamento social da representação social e de seu objeto (MOSCOVICI, 2003; NÓBREGA, 2001).

A *Objetivação* e a *Ancoragem* são processos de formação das representações e nos ajudam a assimilar o que não nos é familiar (o novo). É através deles que construímos o sentido das coisas, pelas informações que recebemos acerca do objeto. Essas informações são filtradas e selecionadas pela

história individual e social do sujeito (valores, normas, símbolos etc.), de acordo com o grupo de pertença ou de referência. A partir daí, o sujeito concretiza o objeto se apropriando dele, (re)construindo deste modo um sentido para o objeto.

A abordagem estrutural é um dos desdobramentos da teoria inaugurada por Moscovici, proposta por Abric (1998, p.34), que assegura que as representações sociais se organizam e funcionam regidas por um duplo sistema que permite compreender uma das características básicas das representações, pois são ao mesmo tempo rígidas e flexíveis, estáveis e móveis. Esses sistemas são o central e o periférico, onde cada qual tem um papel específico e complementar do outro. O núcleo central é determinado pela natureza do objeto representado, bem como pelo tipo de relações, sistemas de valores e normas sociais, que o grupo mantém com este objeto. O núcleo central de uma representação tem duas funções essenciais: a geradora, onde se cria o significado dos outros elementos constitutivos da representação; e a organizadora, pois é o núcleo central que determina a natureza dos elementos, unindo entre si os elementos da representação.

Além disso, o núcleo central tem uma propriedade de estabilidade, pois é o elemento que mais vai resistir à mudança. Os elementos periféricos se organizam em torno do núcleo central e têm três funções principais: a de concretização, em que os elementos periféricos resultam da ancoragem da representação na realidade, em termos concretos, imediatamente compreensíveis e transmissíveis; a de regulação, que consiste na adaptação da representação às evoluções do contexto, integrando, na periferia da representação, informações novas ou transformações do meio ambiente; e a de defesa, pois o sistema periférico funciona como defesa da significação central da representação, tolera contradições e pondera informações novas (ABRIC, 1998, p.32).

Este estudo priorizou a investigação do sistema central da representação, já que é estabelecido pelas condições históricas, sociológicas e ideológicas de um grupo. O sistema periférico não foi abordado.

2.2 METODOLOGIA

A pesquisa de campo teve abordagem qualitativa em função da natureza do objeto. A abordagem qualitativa pretende compreender os indivíduos em seu próprio ambiente, nas suas próprias palavras, já que o sentido das coisas circula na linguagem por meio das palavras (ALVES-MAZZOTTI; DUARTE, 2001).

Segundo Alves-Mazzotti (2002, p. 131) as pesquisas qualitativas:

[...] partem do pressuposto de que as pessoas agem em função de suas crenças, percepções, sentimentos e valores e que seu comportamento tem sempre um sentido, um significado que não se dá a conhecer de modo imediato, precisando ser desvelado.

Este trabalho foi realizado entre os adolescentes do PRCC, no final de 2004 e no primeiro semestre de 2005. Em maio de 2004 deu-se início ao estudo exploratório, que teve como objetivo estabelecer os primeiros contatos com a ABRCC, bem como adquirir documentos que regulam o convênio.

Para Alves-Mazzotti (2002), a análise de documentos leva em conta qualquer registro escrito que sirva como fonte de informações. Relatórios, atas de reunião, diários pessoais, jornais, livros didáticos, programa de cursos etc., podem nos revelar os regulamentos e normas que regem o comportamento de um grupo.

Após análise documental (Termo de Convênio, Relatório Técnico, Estatuto da ABRCC, Plano de Trabalho e Relatório de Desempenho), a OM/UA – 5ª Divisão de Levantamento (5ª DL) – foi selecionada pelos critérios:

- desenvolve o projeto Profissionalizar (de interesse em particular da pesquisa, por se tratar de qualificação profissional);

- obteve conceito final “excelente”, no resultado geral do relatório da pesquisa de opinião⁸;
- atingiu resultado quase três vezes superior que as demais OM/UA, na avaliação anual, no item relativo ao “encaminhamento ao mercado de trabalho”;
- alcançou índice de aprovação escolar de 98%;
- registrou frequência diária no programa de 95%; e
- não está localizada em área de risco, deste modo, de fácil acesso.

Foram feitos os procedimentos para conhecer esta OM/UA, suas instalações e o cotidiano dos adolescentes envolvidos no Programa. O contato na 5ª DL se deu por intermédio do coordenador do Programa, o 2º Ten R/1 José Maria do Nascimento Monteiro, que informou sobre a rotina do Programa. Na manhã seguinte, o Programa da 5ª DL sofreria uma inspeção, que é feita anualmente pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação, e fomos convidados para assisti-la.

Durante a inspeção, visitamos todas as oficinas desenvolvidas pelo Programa, onde cada instrutor relatava o seu plano de trabalho, suas dificuldades e suas necessidades. Por exemplo, o instrutor da oficina de eletricidade explicou de maneira resumida, como ensinava os alunos a consertar e a instalar ventiladores de teto, mas que tinham falta de algumas ferramentas, bem como de material. No caso, havia pouquíssimos ventiladores.

Em seguida, reuniram-se todos em uma sala, e o coordenador do PRCC da 5ª DL apresentou o que foi desenvolvido, durante o ano, no Programa, quais as dificuldades que enfrentaram e quais são as necessidades atuais. Nesse caso, o

⁸ Pesquisa aplicada, anualmente, nos usuários e instrutores do PRCC nas OM/UA, pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação.

coordenador expôs, entre outras ocorrências, que nem todos os alunos estavam recebendo a bolsa alimentação. Assim sendo, solicitava que analisassem o fato e que a Comissão encontrasse uma solução para o caso. Outra dificuldade que estavam enfrentando era a falta de uniformes, pois alguns alunos não haviam recebido. Igualmente, solicitou providências.

Após esta inspeção, recebemos, para o dia seguinte, um outro convite para a reunião anual na ABRCC com os coordenadores do Programa de cada OM/UA e com os representantes de cada entidade conveniada, com a finalidade de fazer uma avaliação conjunta do desenvolvimento do Programa.

Neste encontro, foi discutida a dificuldade em cumprir alguns itens planejados anteriormente, tanto por parte das instituições conveniadas, quanto por parte das Unidades.

Uma questão discutida, por exemplo, foi manifestada pelo coordenador de uma Unidade, em relação à FIA, que encaminhou alguns adolescentes que moram muito longe da OM/UA, e que isto gera problemas de dinheiro para a aquisição de passagens de ônibus para locomoção dos alunos.

A representante da FIA explicou que o fato ocorreu porque esta Unidade está localizada em uma área de risco, e por este motivo não encaminhou os jovens da própria comunidade, pois o tráfico exerce pressão sobre eles, não os deixando entrar no quartel. Por sua vez, a FIA reclamou que determinada Unidade não estava enviando a relação dos alunos atualizada, e isto dificulta o controle das vagas.

Neste caso, a reunião serve para esclarecer procedimentos adotados, que não estavam previstos anteriormente.

Este contato com a 5ª DL ocorreu num momento muito oportuno, pois vivenciar esses acontecimentos possibilitou um maior conhecimento sobre a dinâmica do Programa.

Outros contatos foram mantidos com a 5ª DL, com o propósito de ampliar o conhecimento sobre o funcionamento do Programa. Após algumas visitas, já estava familiarizada com o local e, também, me tornava conhecida por todos os integrantes da equipe e também pelos alunos. Feito isto, confirmou-se a 5ª DL como local de estudo.

Logo, iniciou-se a escolha e a construção dos instrumentos de pesquisa, resultando na técnica de associação de idéias, numa ficha sócio-econômica, e na entrevista (anexos 1 e 2).

A ficha sócio-econômica antecedia a entrevista. Dela constavam dados objetivos, tais como: idade, série que cursa, que instituição encaminhou ao Programa, tempo no Programa e local onde mora. E, de perguntas abertas, a conhecer:

- a) Quem vive na sua casa com você?
- b) Das pessoas que moram na sua casa: quem trabalha? E em que trabalha?
- c) Como é a sua casa?
- d) Como você chegou ao Programa?

Esses critérios objetivos foram escolhidos para verificar se são fatores demarcadores de diferenças entre os alunos, bem como para caracterizar os adolescentes, sujeitos da pesquisa. As perguntas pretendiam traçar o perfil sócio-econômico dos sujeitos.

As respostas da ficha sócio-econômica foram listadas e reunidas por aluno, do primeiro até o décimo oitavo entrevistado. Em seguida, foram organizadas em tabela, considerando os critérios: tempo no Programa ; série que cursa; número de pessoas que moram em sua casa; instituição pela qual foi encaminhado ao Programa; e, idade.

A tabela abaixo mostra as respostas organizadas:

Aluno	Tempo	Série	Número / Pessoas		Encaminhamento	Idade
			Adultos	Crianças		
1	1	1	1	1	SMDS	15
2	1	7	2	0	FIA	16
3	1	7	1	2	SMDS	16
4	1	7	2	2	PASTORAL	16
5	1	5	3	1	PASTORAL	16
6	1	6	2	1	PASTORAL	15
7	2	2	1	0	FIA	16
8	3	8	5	1	FIA	16
9	2	3	2	1	FIA	17
10	2	8	7	2	SMDS	16
11	2	2	1	1	PASTORAL	16
12	2	3	5	3	FIA	17
13	2	8	1	1	FIA	16
14	4	3	3	0	FIA	18
15	3	3	2	1	SMDS	16
16	2	1	2	1	FIA	17
17	2	8	3	0	FIA	16
18	2	8	4	5	PASTORAL	16

Depois foram tabuladas de acordo com a frequência. A seguir, foram dispostas em tabela, sempre considerando por critério dois aspectos: tempo no Programa - até 1 ano ou 2 anos ou mais; série que cursa – 5ª a 8ª ou ensino médio; número de pessoas que moram em sua casa – até 3 pessoas ou mais de 3 pessoas; instituição pela qual foi encaminhado – Pastoral ou FIA/SMDS; e, idade – até 16 ou 17 ou mais.

Abaixo a tabela poderá ser visualizada e compreendida:

TEMPO DE PROGRAMA		SÉRIE		Nº DE PESSOAS		ENCAMINHAMENTO		IDADE	
Até 1 ano	2 anos ou Mais	5ª a 8ª	EM	Até 3	Mais de 3	PAST	FIA/ SMDS	Até 16	17 ou Mais

Abric (1994, apud Sá, 1996, p.107) distingue dois métodos para a investigação do conteúdo da representação: os interrogativos, que incluem a entrevista, o questionário, entre outros; e os associativos, como por exemplo, as evocações ou associações livres, os mapas associativos etc.

A associação de idéias consistiu em solicitar aos respondentes que, a partir das palavras indutoras, expressassem quatro palavras que lhes viessem à memória. Logo após, era solicitado que numerassem em ordem decrescente de importância as quatro respostas dadas. A primeira palavra era Adolescente. Logo após, era pedido o mesmo para a palavra Trabalho. Essas duas palavras indutoras foram propostas na intenção de obter o universo semântico do aluno, em relação aos termos Adolescente e Trabalho.

Para testar e definir esses instrumentos foram efetuadas duas linhas de ação. A primeira, junto a dois alunos do Programa, utilizando como critério o tempo de permanência no Programa. Desta forma, trabalhamos com o mais recente (6 dias) e o mais antigo (4 anos). Nesta aplicação, foram trabalhadas a associação de idéias e a ficha sócio-econômica (anexos 1 e 2).

No levantamento dos resultados, observou-se que esse critério “tempo”⁹, a princípio, pareceu não fazer distinção, pois não havia diferenças nas respostas dos dois alunos, pareciam pensar de maneira idêntica. Desta forma, partiu-se para a segunda linha de ação: através da observação e da conversa informal, saber como pensam os adolescentes que não são do Programa e que participam da colônia de férias¹⁰.

Na colônia, o coordenador dividiu os grupos e depois me convidou para observar o jogo de futebol que estava iniciando no campo. No local, pude conversar com quatro adolescentes, com o objetivo de saber qual a noção deles sobre o Programa, perguntando-lhes: idade; série que cursa; como tomou conhecimento do Programa; e quais informações tinham sobre o Programa.

Neste caso, após análise dos dados do diário de campo, pôde-se perceber o total desconhecimento dos adolescentes sobre o Programa. Optou-se, assim, acrescentar à pesquisa mais um instrumento, a entrevista, com perguntas, que favorecessem obter dados sobre o que pensam os adolescentes acerca de si mesmos, e se mudaram em função do seu ingresso no Programa.

Assim, foram adotados três instrumentos além da observação: associação de idéias, ficha sócio-econômica e entrevista.

Rizzini (1999, p. 62) nos diz que a entrevista “consiste numa conversa intencional e é utilizada quando existem poucas situações a serem observadas ou quantificadas, e ainda quando se deseja aprofundar uma questão”. Destaca, também, que é uma técnica que admite “a captação de uma informação menos

⁹ Na Análise dos Resultados, pode-se observar que o critério “tempo de Programa” se revelou, a posteriori, como um aspecto diferenciador.

¹⁰ A colônia de férias inicia no mês de janeiro, na 5ª DL, e após seu término, alguns dos adolescentes podem ser encaminhados para ingressar no Programa.

censurada e mais carregada de afetividade do que outros procedimentos” (RIZZINI, 199, p. 63).

Na entrevista era feita a seguinte pergunta: Você acha que você se modificou desde que chegou ao Programa?. Se a resposta a esta pergunta fosse positiva, eram feitas as seguintes perguntas:

- 1) Como você era antes?
- 2) Como você é agora?
- 3) Como é este Programa? Fale sobre o Programa?
- 4) Como ele (o Programa) é capaz de mudar (alguém)?
- 5) Você acha que todos mudam?
- 6) Quem é que muda?
- 7) Quem não muda?
- 8) O que mais você colocaria neste Programa para ele ficar melhor ainda?

Caso tivéssemos alguma resposta negativa à pergunta - Você acha que você se modificou desde que chegou ao Programa? - usaríamos um outro roteiro. O que não ocorreu, pois todas as respostas dadas pelos alunos a esta pergunta foram positivas.

2.3 LEVANTAMENTO DO CONTEÚDO DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL

Na investigação do conteúdo, foram utilizadas entrevistas e associação de idéias com alunos. O acesso aos alunos que foram selecionados para este estudo, que participam do PRCC, foi facilitado pelo coordenador do Programa na 5ª DL.

a) Associação de idéias

A aplicação da técnica de associação de idéias, com trinta e nove alunos, teve dois procedimentos. Uma aplicação em 18 alunos, que antecedeu à entrevista, e uma aplicação coletiva em 21 alunos. Após as explicações da técnica, fazíamos um pequeno treino com os alunos, com uma palavra estimuladora (Futebol), que não tivesse relação com a da pesquisa, para que o objetivo da técnica ficasse claro. E, para testar a compreensão, uma segunda palavra escolhida pelo aluno era associada a outras quatro pela pesquisadora.

Na ocasião, foram utilizadas duas palavras estimuladoras, com temas ligados aos interesses da pesquisa. Então, foi usada a seguinte frase indutora: “Quando eu falo em Adolescente, quais as quatro primeiras palavras que você lembra?” Logo após, era pedido que numerassem, em ordem decrescente de importância, as quatro respostas dadas. Depois era solicitado o mesmo para a palavra Trabalho.

Para a aplicação coletiva, não foi possível agendar um horário. Por este motivo, os alunos foram reunidos, de última hora, pelo coordenador. Eles (os alunos) ficaram excitados e motivados em saber que participariam de uma pesquisa. Não conseguiam parar de falar e de fazer bagunça. O ambiente estava tumultuado,

contudo, percebia-se que tal comportamento era de alegria, uma vez que estavam por vivenciar uma situação nova.

O roteiro para a aplicação da técnica de associação de idéias foi o mesmo da aplicação individual, porém, na ocasião, foi esquecido de solicitar que ordenassem as respostas dadas.

Posteriormente, as evocações das associações livres foram listadas e reunidas, inicialmente por serem sinônimas ou por se aproximarem no nível semântico. Este procedimento tornou possível uma primeira aproximação dos termos, permitindo a elaboração de tabelas de freqüência. Logo após, considerando o mesmo significado, as evocações foram agrupadas em categorias.

Um primeiro levantamento das evocações permitiu a constatação da freqüência simples de cada uma delas. Em seguida, foi atribuído peso às palavras evocadas, de acordo com a ordem em que foram numeradas pelos respondentes. Assim, a primeira mais importante recebeu peso 4; a segunda, peso 3; até a quarta, peso 1. Para obter a ordem média, foi feito o somatório dos pesos das palavras evocadas e dividido pelo número total de respondentes, primeiro para Adolescente e depois para Trabalho.

A fórmula abaixo demonstra como a ordem média foi obtida:

$$\text{Ordem média} = \frac{\text{somatório dos pesos das evocações}}{\text{número total de respondentes}}$$

Estabelecida a ordem média, as categorias foram relacionadas ao tempo no Programa, à série que o aluno cursa, à quantidade de pessoas que moram em sua casa, à instituição que o encaminhou ao Programa e à idade, para verificar a

correspondência entre os significados encontrados no campo semântico e os dados objetivos dos sujeitos.

b) Entrevista

Foram realizadas 18 entrevistas semi-estruturadas, na 5ª DL, com perguntas estimuladoras, de forma que os alunos se expressassem livremente sobre os temas que interessavam à pesquisa.

Os alunos dirigiam-se para a entrevista, um de cada vez, alguns com certa timidez inicial, mas que desaparecia após apresentação e explicações acerca do trabalho proposto. Notava-se descontração e, aparentemente, nenhuma resistência. O consentimento de todos para gravar as entrevistas foi uma atitude que gerou grande conforto e confiança para a realização da pesquisa.

O levantamento da entrevista, que poderá ser visto mais adiante, exemplificado na tabela, teve o seguinte procedimento:

a) As respostas da entrevista às perguntas - Como você era antes?; Como você é agora?; Como é este Programa? Fale sobre o Programa. ; Você acha que todos mudam?; Quem é que muda? e, Quem não muda? - foram tabuladas de acordo com a frequência. Primeiramente, foram reunidas e divididas em dois grupos, por se aproximarem no nível semântico positivo ou negativo. Logo após, foi calculado o percentual de cada grupo de respostas (positivo ou negativo) de cada pergunta. Em algumas perguntas, surgiu mais um conjunto de respostas, isto é, um terceiro, onde foram agrupadas as respostas em branco ou sem nexos.

Além da tabulação, segundo critério – positivo ou negativo, algumas respostas foram transcritas por exemplificarem, com muita clareza, a relação dos jovens com o Programa.

b) As perguntas - Você acha que você se modificou desde que chegou ao Programa?; Como ele (o Programa) é capaz de mudar (alguém)?; e Você acha que todos mudam? - foram tabuladas de acordo com a frequência. Essencialmente, foram reunidas e divididas em duas categorias, pois somente comportavam respostas Sim ou Não. Em seguida, era calculado o percentual das categorias de respostas (positivo ou negativo) de cada pergunta.

Aqui algumas das respostas, além da tabulação em duas categorias – Sim ou Não - também foram transcritas porque revelavam o conceito que os adolescentes têm sobre si mesmo e sobre o seu futuro.

c) E, a última pergunta - O que mais você colocaria neste Programa para ele ficar melhor ainda? – que permitia os mais diversos tipos de respostas, foram tabuladas de acordo com a frequência. A seguir, foram listadas e reunidas, inicialmente por serem sinônimas ou por terem a mesma ou quase a mesma significação que a outra. Em seguida, calculado o percentual de cada classe de respostas.

Apesar desta pergunta admitir quantificar vários tipos de respostas, algumas das respostas foram selecionadas e transcritas devido à qualidade de seu conteúdo.

3 RESULTADOS

3.1 Os Dados

a) Ficha sócio-econômica

Participaram da pesquisa 39 alunos do sexo masculino, com idades variando entre 14 e 17 anos, distribuídos em dois grupos. Deste total, 18 participaram das entrevistas semi-estruturadas e da associação livre de idéias, e 21 alunos participaram da associação de idéias aplicada em grupo. Abaixo está o quantitativo de alunos entrevistados: por tempo no Programa, série que cursa, número de pessoas que moram em sua casa, instituição pela qual foi encaminhado ao Programa e idade.

	TEMPO DE PROGRAMA		SÉRIE		Nº DE PESSOAS		ENCAMINHAMENTO		IDADE	
	Até 1 ano	2 anos ou Mais	5ª a 8ª	EM	Até 3	Mais de 3	PAST	FIA/ SMDS	Até 16	17 ou Mais
Número Absoluto	6	12	10	8	12	6	5	13	14	4
Porcentagem	33%	67%	56%	44%	67%	33%	28%	72%	78%	22%

A ficha de caracterização apontou que dos 18 entrevistados, 6 alunos estão há um ano no Programa e 12 estão há 2 anos ou mais, ou seja, dois terços está há tempo suficiente para fazer uma avaliação. Do grupo, 10 alunos cursam da 5ª à 8ª série e 8 alunos o ensino médio, o que não é diferença muito significativa. Entre os

18 entrevistados, 67% dos alunos têm até 3 pessoas morando em sua casa e 33 % têm mais de três pessoas. Uma parcela considerável, 13 alunos, foi encaminhada ao Programa pela FIA e pela SMDS, e 5 alunos foram encaminhados pela Pastoral do Menor, contudo, a diferença de encaminhamento não levou a novas informações ou indícios. O resultado indica que a amostra de alunos tem um perfil jovem, em que 78% têm até 16 anos, e 22% têm 17 anos ou mais.

Relacionando os resultados – tempo de Programa e série que cursa - observa-se que dos 6 alunos que estão no Programa há 1 ano, 5 cursam de 5ª a 8ª série. Ao confrontar - série que cursa e idade – nota-se que dos 10 alunos que cursam de 5ª a 8ª série, todos (100%) têm até 16 anos de idade. Ou seja, os alunos que têm menos tempo de Programa, são os mais novos e com menor escolaridade, indicando que o Programa estimula a escolaridade ou só permanece no Programa quem progride na escolaridade. Não foi possível fazer levantamento de desistências.

Nos resultados – mais de três pessoas morando em sua casa e série que cursa - verifica-se que dos 6 alunos que têm mais gente morando em casa, 5 cursam de 5ª a 8ª série. Se é fato que o número maior de residentes na mesma casa indica menor poder aquisitivo, então temos que os mais necessitados têm menor escolaridade.

Dos 21 alunos que participaram da associação livre aplicada em grupo, a maioria ingressou recentemente no Programa.

b) Entrevista

Como resultado da tabulação das respostas da entrevista, todos os alunos (100%) responderam que se modificaram após ingresso no Programa. Segundo

suas respostas, antes de ingressarem, 88% não estudavam, ficavam na rua e eram desinteressados; um jovem se considerava responsável e um não respondeu. Agora, 94% se sentem responsáveis, estudam, planejam o futuro e estão mais maduros; uma das respostas não foi pertinente à pergunta.

Abaixo, está exemplificado o depoimento de três alunos – dois para a pergunta: como você era antes?, e um para a pergunta: como você é agora?:

E: Como você era antes?

A: Antes eu era aquele mole(que) garoto que não queria fazer nada na escola ... era bem dizer assim ... não revoltado, mais qui não tinha vontade de estudar, era só escola, chegar a rua, aí quando vim pro quartel mudei, agora penso no futuro, penso no amanhã, penso em ser oficial do Exército. É isso. (Aluno 7, 16 anos e 2 anos no Programa)

A: Eu não tinha vontade di, estudar muito, não tinha ... saber o que fazer, quando for trabalhar, aí quando conheci esse meu colega, vim aqui conheci, aprendi algumas coisas, aprendii, com a, como é bom, ser militar, minha vontade é ser militar, e, muito bom, muita coisa aprendi aqui, pra minha vida. (Aluno 15, 16 anos e 3 anos no Programa)

E: Como você é agora?

A: Agora eu sou mais extrovertido. Não tenho mais, tanta timidez como antigamente. E, tenho agora sonhos, agora, pra o futuro, planej, já planejados. É, pretendo agora fazer ... a faculdade de educação física, e tentar também pra fisioterapia. (Aluno 12, 17 anos e 2 anos no Programa)

Alguns alunos mencionaram como perspectiva de vida, o desejo de ser militar, provavelmente por terem identificações positivas com esta profissão, transformando-a num padrão desejável.

Ao falar sobre o Programa, 65% afirmaram que o Programa ensina muitas coisas (profissão, se comunicar em grupo), fornece apoio pedagógico e prepara para concursos; 30% disseram que tira as crianças da rua e que é acolhedor e assistencial; 5% não responderam.

Abaixo, está apresentado o que pensam três alunos a respeito do Programa:

P: Como é este Programa? Fale sobre o Programa?

A: Pô ... eu vejo ele como, não é o tipo um acaso, mas pô ... uma, uma, se a gente, aqui são duas coisas, se agente entrar aqui, pra ficar de brincadeira e tal, mas se a gente não vai consegui nada, mas se a gente entrar com determinação querendo mermo o que a gente quer, sai daqui já com ... sai daqui com outra cabeça ... sai daqui já com já o pensamento certo, pra fazer uma prova. Já sai daqui preparado para fazer uma prova, de alguma, de alguma escola aí ... Pedro II, FAITEC, sai preparado, se agente entrar aqui para ficar de brincadeira, não consegue. (Aluno 1, 15 anos e 1 ano no Programa)

A: Ha, pra mim o programa foi, foi muito bom, me desenvolvi bastante, quando eu entrei em 2001, eu, eu ficava na minha, eu não tinha diálogo com as pessoas, isso foi ... foi desenvolvendo desenvolvendo até chegar um ponto, que eu falo com todo mundo, converso com todo mundo. É ... ainda sou um pouco tímido mais ... é to tentando deixar isso um pouco pra lá, de lado. O programa no meu modo de ver, ele é uma escola assim, pras pessoas, muitas pessoas que vem pra cá, carente, que não tem, um lugar pra almoçar, tomar café, aqui é acolhido, ele tem café, tem almoço, tem professoras pra reforço pra eles escolar, aqui é como se fossi uma segunda casa, e uma segunda escola também, aprende bastante aqui, é uma escola da vida, realmente uma escola da vida. (Aluno 14, 18 anos e 4 anos no Programa)

A: É uma unidade assistencial quii, resgata a cidadania duu, dos adolescentes que estão, que a maioria mora em área de risco né, tenta tirar eles do mundo do tráfico, dessas apologias aí, que fazem aí, muitos conseguem sair e outros não né, voltam, continua a fazer a mesma coisa, mais é o que o projeto tenta pra fazer isto, tirar eles dessa vida, dá uma profissão, dá um objetivo pra eles, e ensinar a eles a ser cidadão. (Aluno 15, 16 anos e 3 anos no Programa)

Quanto à pergunta - se o Programa é capaz de mudar alguém - 94% acreditam que sim. E, quando perguntados - se todos mudam – exatamente os mesmos alunos (94%) acreditam que nem todos mudam.

Abaixo, está demonstrado o depoimento de quatro alunos – dois para a pergunta: como ele (o programa) é capaz de mudar (alguém)?. E dois para a pergunta: você acha que todos mudam?:

P: Como ele (o programa) é capaz de mudar (alguém)?

A: Acho qui ... o adolescente ele, se preocupam muito com aquilo ... di ver... qui tem pessoas qui ele é importante pra alguém, qui tem pessoas assim que, se preocupam com eles, com o que realmente eles vão ser, o que eles vão deixar de

ser. É e também aprendemos com, aquilo que as pessoas, elas são, com o caráter das pessoas também, nos procuramos ter ... éé, ter alguém como um padrão de vida ... e ... tentar ser, parte do que aquela pessoa é pra gente, e do que ela é também pra sociedade. (Aluno 12, 17 anos e 2 anos no Programa)

A: É assim. Ele pode mudar, mais até a pessoa querer, a pessoa tem que querer, estudar, fazer por onde, o programa ele só .. é um uma ponte, ele só te dá aquela informação, te ajuda só a passar, mas você que tem que ter a força de vontade, você que tem que lutar, porque nada é fácil mesmo na vida. (Aluno 14, 18 anos e 4 anos no Programa)

P: Você acha que todos mudam?

A: Bem, só quem entra com vontade. Quem está aqui dentro que pode melhorar e tem vontade de melhorar, agora tem uns que enta e, que não quer melhorar e aí não melhora, continua na mesma coisa que tava. Até modifica um pouquinho, mais não melhora não. Fica fazendo bagunça, fica brigando, eles acham que estão aqui, só paa gastar o tempo deles, aí acaba né, vem pra cá atrapalha, fica fazendo bagunça, alguns achu qui não tem vontade de melhorar não, eles acham que só porque eles moram em comunidade carente aí faz isso e tem que continuar na mesma coisa, eu não, eu penso diferente, se eu estou na comunidade carente, tenho que estudar pra sair dali, eles não acham que só por isso eles tem que continuar lá e acaba ... (Aluno 13, 16 anos e 2 anos no Programa)

A: Nem todos assim, se eli querer, ele muda. Ele quer ser ... ele quer seguir a carreira militar, ha ... eu quero ser tenente do quartel, faz uma prova ... mais se ele estudar mesmo, entrar com tudo ... estudar estudar estudar ele vai passar, mesmo que ele não passe na primeira, na segunda, na terceira, um dia ele passa, só basta ..., não pode desistir. (Aluno 14, 18 anos e 4 anos no Programa)

No que diz respeito a quem muda, 78% crêem que mudam os que se esforçam e que são interessados; para um dos jovens, mudam os que têm religião e família; 16% das respostas não corresponderam à pergunta. E quem não muda? 88% acreditam que não mudam os que não querem nada e os que são desinteressados; um deles, os que não têm família estruturada e religião; e um não soube responder. O que se percebeu em relação a essas duas perguntas – quem

muda e quem não muda – foi que os alunos deram respostas em bloco, sem nuances, o que pareceu configurar um pensamento padronizado.

O quadro abaixo demonstra esta situação:

QUEM MUDA?	QUEM NÃO MUDA?
Interessado	Desinteressado
Esforçado	Quem não quer nada
Tem família e religião	Não tem família e religião
Tem força de vontade	Não tem força de vontade

Abaixo, está exposto o depoimento de quatro alunos – três para a pergunta: quem é que muda?, e um para a pergunta: quem não muda?:

E: Quem é que muda?

A: Aqueles que estão interessados em mudar, aqueles que, querem sair, assim, dá, dessa vida que é muito próximo de casa, das drogas, o tráfico, isso tudo. (Aluno 10, 16 anos e 2 anos no Programa)

A: Assim pra pessoa ... poder mudar, assim, acho que, um ela tem que ter ... uma religião, ela tem qui, aaa na família também, que é à base, que eu acho que pra tudo... quando se vai bem na família, eu acho que é mais fácil você si conviver, chegar a outras áreas assim, e conseguir conquistar algo, agora quando a família é desestruturada, acho que você só tem a perder, revoltas i, i, entrar pra fazer algo, coisas assim que, você sabe que é errado, mas você faz, já pra falar... pô já que não tem ninguém por mim ... e você faz só pra, mostrar ... mostrar o qui você não, você não não não se agrada, você não está gostando di, do modo como você é tratado. (Aluno 12, 17 anos e 2 anos no Programa)

A: Aquele que segue a linha corretamente, que aprende aqui dentro, porque muitos outros ouvem aí o professor sai e volta tudo ao normal, mas tem outros não que ouvi leva isso pra casa, pra família, aí também os pais também são os responsáveis também por ele, pela mudança dele não é só o aluno, porque tem que tentar mudar os pais num num colaboram e, também vai desistir, então na maioria das vezes os pais tem que ajudar. . (Aluno 15, 16 anos e 3 anos no Programa)

E: Quem não muda?

A: Não muda. No meu ponto de vista, assim, não é elis não querer mudar, como os outros, o pessoal que mora em comunidades carentes, ha que agente tem que agente tem

que ser bandido ... avião, ha vamu vê bandido, se ele quiser mudar, ele muda, mas se ele não quiser, ele já segue o que o pai dele for, assim é , é mais provável ele não mudar, porque ha ... o meu pai ta lá, meu pai é dono daquilo, meu pai tem dinheiro, meu pai é isso, há na cabeça dele vai estar, ha ... se meu pai tem isso tudo pra que eu vou, eu vou querer outro caminho, vou seguir este caminho. Vou querer ser igual ao meu pai. Aí, esse jovem, eu acho que ele não muda assim, ele não tem ninguém pra aconselhar eles, esse caminho não é legal é errado pra isso vamu estudar, vamu pra escola, não teve ninguém, aí eles começam ficam mais difícil de não mudar assim não mudar. (Aluno 14, 18 anos e 4 anos no Programa)

O modelo de pai que aparece aqui, para os alunos, é forte. E reforçam, ainda, a presença da família como auxílio e um incentivo para se manterem no Programa.

Na pergunta – o que mais você colocaria no Programa para ficar ainda melhor ? - 33% não mudariam nada- o Programa já está muito bom; 33% colocaram Internet, mais oficinas e computadores, porque facilitaria e ampliaria a busca de informação e de conhecimento; 19% piscina, aula de música e mais esportes, uma vez que traria mais opções de lazer e cultura. As outras respostas não tiveram consistência.

Abaixo, está descrito o que dois alunos acrescentariam ao Programa:

E: O que mais você colocaria neste Programa para ele ficar melhor ainda?

A: Não, porque, ele é bom, ele tem, (pausa) ..., quase tudo que a genti quer tem aqui e também não pode ter tudo comu, comu fosse a nossa casa, tudo que a genti quer. Quase tudo tem aqui, tem professora, tem pô, tem comida, tem é, café da manha. Pessoa, a genti joga bola, vai pra passeio, aqui dentro faz curso. (Aluno 5, 16 anos e 1 ano no Programa)

A: Melhor do que já tá, mais rigor porque, tem muita genti da minha idade 16/14 anos, naquela fase brincalhona, leva tudo na brincadeira, enquanto a genti fica tomando esporro, e estamu sério, eles estão na brincadeira ainda, aí mais um pouquinho de rigor ficaria melhor. (Aluno 7, 16 anos e 2 anos no Programa)

Comparando as respostas – “o Programa tira as crianças da rua” e “antes de entrar para o Programa não estudavam” – conclui-se que os 30% de alunos que

disseram que o Programa tira as crianças da rua, estão todos inseridos nos 88% que afirmaram que antes de entrar para o Programa não estudavam, ficavam na rua e eram desinteressados. O que indica que eles acreditam que ao entrarem para o Programa, passaram a se interessar pelos estudos e que não ficam mais nas ruas.

O quadro abaixo esclarece esta situação:

RESPOSTA	A L U N O														
NÃO ESTUDAVAM	2	3	5	6	7	8	9	10	12	13	14	15	16	17	18
TIRAM AS CRIANÇAS DA RUA						8		10			14	15		17	18

Relacionando as respostas – “o Programa ensina muitas coisas” e “quem muda são os interessados” – 65% dos alunos que asseguraram que o Programa ensina muitas coisas (profissão, se comunicar em grupo), fornece apoio pedagógico e prepara para concursos, foram os mesmos que declararam que quem muda são os interessados e os que se esforçam. Os alunos parecem acreditar que, ao receberem ensinamentos, passem a se interessar pelo estudo e por profissões.

O quadro abaixo revela esta situação:

RESPOSTA	A L U N O									
QUEM MUDA SÃO OS INTERESSADOS	2	3	5	6	7	9	12	13	16	
ENSINA MUITAS COISAS	2		5	6	7	9		13	16	

c) Associação Livre de Idéias

APLICAÇÃO INDIVIDUAL

No grupo de alunos de aplicação individual, foram feitas 72 evocações, com 61 termos diferentes para a concepção Adolescente e 72 evocações, com 60 termos

diferentes para a idéia de Trabalho. Estas evocações foram agrupadas inicialmente em sete e oito categorias, respectivamente.

ADOLESCENTE

Em um primeiro momento, as categorias para Adolescente foram dispostas da seguinte maneira: responsabilidade, diversão, competências, decisão, especialização, dificuldade e sexualidade.

Num segundo momento, a categoria “decisão” foi extinta, devido à semelhança das respostas a outras categorias. Deste modo, as evocações foram desmembradas e agrupadas em outras duas categorias, da seguinte forma: na categoria “dificuldade” foram agrupadas as evocações: escolhas, transformação, religião e filho; na categoria “diversão”, as evocações: oportunidades, liberdade, livre, futuro da nação e sonho; a categoria “responsabilidade” foi associada à categoria “competências”; as categorias “especialização” e “dificuldade” foram substituídas pelas categorias “formação” e “divisão”, respectivamente, porque ficaram melhor constituídas.

Assim, num terceiro e último momento, as sete categorias passaram para cinco, a saber: competências do adolescente, aspectos positivos do adolescente, divisão, formação e sexualidade (conforme Tabela I).

O quadro abaixo mostra as categorias ordenadas:

Adolescente

1º Momento	2º Momento	3º Momento
RESPONSABILIDADE		
COMPETÊNCIAS	COMPETÊNCIAS	COMPETÊNCIAS DO ADOLESCENTE
DIVERSÃO	ASPECTOS POSITIVOS	ASPECTOS POSITIVOS DO ADOLESCENTE
DECISÃO		
DIFICULDADE	DIVISÃO	DIVISÃO
ESPECIALIZAÇÃO	FORMAÇÃO	FORMAÇÃO
SEXUALIDADE	SEXUALIDADE	SEXUALIDADE

Depois que os resultados encontravam-se descritos, as categorias para Adolescente foram compactadas mais uma vez, de forma que o pensamento dos alunos ficasse mais claro em categorias mais abrangentes. Assim, as categorias “competências do adolescente” e “formação” foram agrupadas em uma única categoria, a saber: “necessidades do adolescente”; e as categorias “aspectos positivos do adolescente” e “sexualidade” foram agrupadas em “características do adolescente”; e a categoria “divisão” foi qualificada “transição”, a fim de que ficasse melhor representada.

O quadro abaixo apresenta as categorias compactadas:

3º MOMENTO	COMPACTADAS
COMPETÊNCIAS DO ADOLESCENTE FORMAÇÃO	NECESSIDADES DO ADOLESCENTE
ASPECTOS POSITIVOS DO ADOLESCENTE SEXUALIDADE	CARACTERÍSTICAS DO ADOLESCENTE
DIVISÃO	TRANSIÇÃO DO ADOLESCENTE

TABELA I

Categorias correspondentes às Palavras Evocadas pelos Alunos em relação a Adolescente

EVOCÇÕES	FREQÜÊNCIA	OM	CATEGORIAS
RESPONSABILIDADE/CONSCIÊNCIA	6	0,89	COMPETÊNCIAS DO ADOLESCENTE = 25
TRABALHO/IR AO BANCO	4	0,72	
AMIZADE/COMPANHEIRISMO/CONFIANÇA	5	0,67	
RESPEITO A TODOS / CUIDADOSO	5	0,56	
MATURIDADE/ COMPREENSÃO/DETERMINADO	3	0,56	
AJUDAR PAI/MÃE/ TAREFAS DE CASA	2	0,28	
BRINCAR/DIVERSÃO/LIBERDADE/INFÂNCIA/ ANDAR BICICLETA/PRATICAR ESPORTES	11	1,67	ASPECTOS POSITIVOS DO ADOLESCENTE = 20
ALEGRIA/BOM/BONITO/GOSTO	4	0,44	
FUTURO DA NAÇÃO/OPORTUNIDADES	2	0,28	
VIDA BOA/ADORÁVEL/SONHO	3	0,17	
COMPLICADO/DIFÍCIL DE ENTENDER/ REBELDIA/IMATURIDADE	4	0,50	
ESCOLHAS/DÚVIDAS	3	0,44	DIVISÃO = 13
RELIGIÃO/TRANSFORMAÇÃO	2	0,39	
CARENTE	1	0,17	
FILHO	1	0,11	
ANSIOSO/ABORRECIMENTO	2	0,11	
ESTUDAR/NECESSITADO DE EDUCAÇÃO/ CONHECIMENTO/ EDUCAÇÃO	7	1,17	FORMAÇÃO = 7
NAMORO/GAROTAS/SEXO	3	0,33	SEXUALIDADE =7
FASE/JUVENTUDE	3	0,33	
AIDS	1	0,22	
TOTAL	72		

A categoria que representa de forma mais abrangente o Adolescente estava centrada em **competências do adolescente**, num total de 25 evocações associadas a, principalmente, responsabilidade, trabalho e amizade. Entretanto, não é aqui que aparece a maior ordem média.

As associações à categoria dos **aspectos positivos do adolescente**, num total de 20 referências, relacionam-se, sobretudo, aos aspectos de diversão, de brincar e da prática de esportes, que tiveram a maior ordem média.

As associações ao tema **divisão**, num total de 13 referências, mostram a diversidade desta idade como geradora de dúvidas, de ansiedade, de ter que fazer escolhas, de ser complicado e de ser um período de transformações etc.

A categoria **formação**, num total de 7 referências, demonstra a percepção dos alunos em relação aos estudos, com a necessidade de receberem educação, e de ampliarem seus conhecimentos. Estudar teve a segunda maior ordem média, abaixo apenas de diversão. Outras evocações indicam a **sexualidade** associada à juventude, namoro, sexo, aids etc.

O fato da maior frequência estar em torno da categoria competências e a maior ordem média concentrada em outra categoria, levantou a necessidade de compactarmos mais a categoria para verificar se esta situação não era devida à categorização imprecisa. Assim, apresentamos a tabela a seguir.

Adolescente

EVOCÇÕES	FREQÜÊNCIA	OM	CATEGORIAS
ESTUDAR/NECESSITADO DE EDUCAÇÃO/ CONHECIMENTO/ EDUCAÇÃO	7	1,17	NECESSIDADES DO ADOLESCENTE = 32
RESPONSABILIDADE/CONSCIÊNCIA	6	0,89	
TRABALHO/IR AO BANCO	4	0,72	
AMIZADE/COMPANHEIRISMO/CONFIANÇA	5	0,67	
RESPEITO A TODOS / CUIDADOSO	5	0,56	
MATURIDADE/ COMPREENSÃO/DETERMINADO	3	0,56	
AJUDAR PAI/MÃE/ TAREFAS DE CASA	2	0,28	
BRINCAR/DIVERSÃO/LIBERDADE/INFÂNCIA/ ANDAR BICICLETA/PRATICAR ESPORTES	11	1,67	
ALEGRIA/BOM/BONITO/GOSTO	4	0,44	
NAMORO/GAROTAS/SEXO	3	0,33	
FASE/JUVENTUDE	3	0,33	
FUTURO DA NAÇÃO/OPORTUNIDADES	2	0,28	
AIDS	1	0,22	
VIDA BOA/ADORÁVEL/SONHO	3	0,17	
COMPLICADO/DIFÍCIL DE ENTENDER/ REBELDIA/IMATURIDADE	4	0,50	TRANSIÇÃO = 9
ESCOLHAS/DÚVIDAS	3	0,44	
RELIGIÃO/TRANSFORMAÇÃO	2	0,39	
CARENTE	1	0,17	
FILHO	1	0,11	
ANSIOSO/ABORRECIMENTO	2	0,11	

Após a compactação, a categoria onde se encontra a maior ordem média ficou centrada em **características do adolescente**, com evocações concentradas em diversão, brincadeiras, prática de esportes etc.

Entretanto, a categoria **necessidades do adolescente** apresentou o maior número de evocações com associações basicamente relacionadas a estudar, adquirir conhecimento e responsabilidade.

Assim, na representação do adolescente, o aspecto de usufruir a vida se sobrepõe à necessidade de estudar, trabalhar e ser responsável, mesmo que estas condições sejam apontadas com destaque.

Podemos indicar que para estes sujeitos, a representação de adolescente parece ter como fator central, tanto a noção de diversão como a de responsabilidade.

TRABALHO

Para Trabalho, as categorias foram, inicialmente (1º momento), nomeadas: competências, material, formal, direito, positivo, especialização, negativo e dever.

Logo após (2º momento), a categoria “dever” foi incluída na categoria “competências”, devido à analogia das respostas; as categorias “formal” e “especialização” foram designadas como “objetos concretos” e “formação”, respectivamente, a fim de que ficassem melhor organizadas; a resposta “dignidade” foi agrupada inicialmente na categoria “direito”, depois foi incluída na categoria “diversão”, porque entendemos que seu significado tinha proximidade ao conteúdo desta categoria. A categoria “diversão” posteriormente foi agrupada em “aspectos positivos”, porque convergiam para um mesmo significado.

Finalmente (3º momento), as categorias para a palavra indutora Trabalho passaram a ser sete, quais sejam: competências para trabalhar, resultado material do trabalho, objetos concretos na relação de trabalho, aspectos positivos do trabalho, direitos que o trabalho gera, formação para o trabalho e aspectos negativos do trabalho (conforme Tabela II).

O quadro abaixo mostra as categorias renomeadas:

Trabalho

1º Momento	2º Momento	3º Momento
COMPETÊNCIAS	COMPETÊNCIAS	COMPETÊNCIAS PARA TRABALHAR
MATERIAL	MATERIAL	RESULTADO MATERIAL DO TRABALHO
FORMAL	OBJETOS CONCRETOS	OBJETOS CONCRETOS NA RELAÇÃO DE TRABALHO
POSITIVO	ASPECTOS POSITIVOS	ASPECTOS POSITIVOS DO TRABALHO
DIREITO	DIREITO	DIREITOS QUE O TRABALHO GERA
ESPECIALIZAÇÃO	FORMAÇÃO	FORMAÇÃO PARA O TRABALHO
NEGATIVO	ASPECTOS NEGATIVOS	ASPECTOS NEGATIVOS DO TRABALHO
DEVER		

Para Trabalho as categorias também foram compactadas, de modo que concentrassem mais as idéias dos alunos. Assim, as categorias “resultado material do trabalho, aspectos positivos do trabalho e direitos que o trabalho gera” foram organizadas na categoria - “frutos do trabalho”; as categorias “competências para trabalhar e formação para o trabalho” foram agrupadas em uma única categoria “condições para o trabalho”; e as categorias “objetos concretos na relação de trabalho e aspectos negativos do trabalho” foram mantidas.

O quadro abaixo apresenta as categorias compactadas:

3º MOMENTO	COMPACTADAS
RESULTADO MATERIAL DO TRABALHO ASPECTOS POSITIVOS DO TRABALHO DIREITOS QUE O TRABALHO GERA	FRUTOS DO TRABALHO
COMPETÊNCIAS PARA TRABALHAR FORMAÇÃO PARA O TRABALHO	CONDIÇÕES PARA O TRABALHO
OBJETOS CONCRETOS NA RELAÇÃO DE TRABALHO	OBJETOS CONCRETOS NA RELAÇÃO DE TRABALHO
ASPECTOS NEGATIVOS DO TRABALHO	ASPECTOS NEGATIVOS DO TRABALHO

TABELA II

Categorias correspondentes às Palavras Evocadas pelos Alunos em relação a Trabalho

EVOCÇÕES	FREQÜÊNCIA	OM	CATEGORIAS
DEDICAÇÃO/FORÇA DE VONTADE/DISCIPLINA CONQUISTA/ESFORÇO/NÃO DESISTIR	10	1,33	COMPETÊNCIAS PARA TRABALHAR = 22
HONESTIDADE/DEVERES/SER PONTUAL	6	1,06	
RESPONSABILIDADE/TRABALHAR BEM	5	0,72	
TER CONSCIÊNCIA DO QUE FAZ			
TEMPO	1	0,06	
DINHEIRO/DINHEIRO HONESTO/SALÁRIO	10	1,72	RESULTADO MATERIAL DO TRABALHO = 16
FONTE DE SUSTENTO/POUPANÇA			
PAGAMENTO			
FAMÍLIA/ AJUDAR AOS PAIS	4	0,33	
DAR DINH/ FILHO/ESPOSA			
COMPRAR COMIDA/VESTIR BEM	2	0,28	
SHOPPING/SUPERMERCADO/ESCRITÓRIO	5	0,72	OBJETOS CONCRETOS NA RELAÇÃO DE TRABALHO = 11
PATRÃO/CHEFE	3	0,39	
CARTEIRA ASSINADA/UNIFORME	2	0,28	
ÔNIBUS	1	0,06	
AMOR/GOSTAR DO QUE FAZ/DIGNIDADE	3	0,44	ASPECTOS POSITIVOS DO TRABALHO = 8
PRAZER			
INDEPENDENTE/INDEPENDÊNCIA	3	0,33	
ESCOLHA			
COMPANHEIRISMO/AMIZADE	2	0,22	
DIREITO/DIREITOS/DIREITO A FÉRIAS	4	0,67	DIREITOS QUE O TRABALHO GERA = 6
SEGURO DESEMPREGO			
TODOS DEVEM TER	1	0,06	
MODO DE VER MELHOR	1	0,06	FORMAÇÃO PARA O TRABALHO = 4
ESTUDAR/ESTUDAR SEMPRE	3	0,56	
PROFISSÃO	1	0,17	ASPECTOS NEGATIVOS DO TRABALHO = 5
ESTRESSE	1	0,22	
NECESSIDADE/DIFÍCIL	2	0,17	
ARRUMAR EMPREGO/COBIÇADO	2	0,17	
TOTAL	72		

A categoria que mais representa o Trabalho, com maior número de evocações para os adolescentes, está reunida como **competências para trabalhar**, num total de 22 referências, associadas a palavras e evocações em torno de responsabilidade, seguida por conquista, dedicação, força de vontade, esforço e

disciplina. Aqui temos ordem médias altas, mas da mesma forma que ocorreu para adolescente, a maior ordem média vai aparecer em outra categoria.

As associações que envolvem a categoria do **resultado material do trabalho**, num total de 16 evocações, referem-se especialmente a dinheiro (maior ordem média), fonte de sustento, salário e poupança.

A categoria **objetos concretos na relação de trabalho**, num total de 11 referências, está relacionada a emprego, a patrão e a possuir carteira assinada.

As associações à categoria **aspectos positivos do trabalho**, num total de 8 referências, foram associadas em torno de gostar do que faz, reforçada por fazer uma escolha, trazer dignidade e companheirismo.

As associações à temática dos **direitos que o trabalho gera**, num total de 6 referências, trouxeram evocações em torno de direitos (férias, seguro desemprego etc.) que todos deveriam ter.

A categoria **formação para o trabalho**, num total de 4 referências, relaciona-se diretamente à educação, ou seja, estudar e ter uma profissão.

Outras associações ligadas aos **aspectos negativos do trabalho**, num total de 5 referências, indicam problemas relacionados ao estresse, a dificuldades em arranjar emprego, uma vez que é disputado e cobiçado, mas é necessário.

Assim, o recurso da nova categorização foi necessário para verificar esta dissociação entre o número de evocações e ordem média mais alta.

Trabalho

EVOCÇÕES	FREQÜÊNCIA	OM	CATEGORIAS	
DINHEIRO/DINHEIRO HONESTO/SALÁRIO/ FONTE DE SUSTENTO/POUPANÇA/ PAGAMENTO	10	1,72	FRUTOS DO TRABALHO = 30	
DIREITO/DIREITOS/DIREITO A FÉRIAS/ SEGURO DESEMPREGO	4	0,67		
AMOR/GOSTAR DO QUE FAZ/DIGNIDADE/ PRAZER	3	0,44		
FAMÍLIA/ AJUDAR AOS PAIS/ DAR DINH/ FILHO/ESPÔSA	4	0,33		
INDEPENDENTE/INDEPENDÊNCIA/ ESCOLHA	3	0,33		
COMPRAR COMIDA/VESTIR BEM	2	0,28		
COMPANHEIRISMO/AMIZADE	2	0,22		
TODOS DEVEM TER	1	0,06		
MODO DE VER MELHOR	1	0,06		
DEDICAÇÃO/FORÇA DE VONTADE/DISCIPLINA/ CONQUISTA/ESFORÇO/NÃO DESISTIR	10	1,33		CONDIÇÕES PARA O TRABALHO = 26
HONESTIDADE/DEVERES/SER PONTUAL	6	1,06		
RESPONSABILIDADE/TRABALHAR BEM/ TER CONSCIÊNCIA DO QUE FAZ	5	0,72		
ESTUDAR/ESTUDAR SEMPRE	3	0,56		
PROFISSÃO	1	0,17		
TEMPO	1	0,06		
SHOPPING/SUPERMERCADO/ESCRITÓRIO	5	0,72	OBJETOS CONCRETOS NA RELAÇÃO DE TRABALHO = 11	
PATRÃO/CHEFE	3	0,39		
CARTEIRA ASSINADA/UNIFORME	2	0,28		
ÔNIBUS	1	0,06		
ESTRESSE	1	0,22	ASPECTOS NEGATIVOS DO TRABALHO = 5	
NECESSIDADE/DIFÍCIL	2	0,17		
ARRUMAR EMPREGO/COBIÇADO	2	0,17		
TOTAL	72			

Após as categorias terem sido compactadas, percebe-se que aquilo que mais representa o Trabalho para os adolescentes são os **frutos do trabalho**, com associações que se referem primordialmente a dinheiro, salário, pagamento, poupança etc.

A outra categoria que mais exprime o Trabalho são as **condições para o trabalho**, que envolvem associações como força de vontade, dedicação, conquista, deveres, não desistir etc.

Assim, o **fruto do trabalho**, ou seja, aquilo que leva alguém a trabalhar, predomina sobre as condições que permitem acesso ao mercado de trabalho.

Com esta tabela o confronto freqüência x ordem média desfez-se. Aqui temos “**frutos do trabalho**”, com 30 evocações e ordem média mais alta – dinheiro e semelhantes – dentro desta categoria. O segundo maior número de evocações e a segunda ordem média mais alta ficou na categoria “**condições para o trabalho**”, com destaque para esforço, empenho, disciplina mais que estudo.

APLICAÇÃO EM GRUPO

Na aplicação em grupo foram feitas 84 evocações, com 68 termos diferentes para a palavra Adolescente e 84 evocações, com 65 termos diferentes para a palavra Trabalho. As evocações foram agrupadas em sete e seis categorias, respectivamente.

Primeiramente, as categorias para Adolescente foram classificadas do mesmo modo como na aplicação individual: responsabilidade, diversão, competências, decisão, especialização, dificuldade e sexualidade.

Num segundo momento, a categoria “responsabilidade” foi associada à categoria “competências”; a categoria “decisão” foi abolida, e as evocações foram desmembradas e agrupadas a outras duas categorias, da seguinte forma: na categoria “dificuldade” foi agrupada a palavra: “transformações”; na categoria

“diversão”, as palavras: “viver e liberdade”; as categorias “diversão”, “especialização” e “dificuldade” foram renomeadas para “aspectos positivos”, “formação” e “divisão”, respectivamente. Assim, as sete categorias passaram para cinco, a saber: aspectos positivos do adolescente, sexualidade, formação, competências do adolescente e divisão (conforme Tabela III).

O quadro abaixo mostra as categorias renomeadas:

Adolescente

1º Momento	2º Momento	3º Momento
RESPONSABILIDADE		
DIVERSÃO	ASPECTOS POSITIVOS	ASPECTOS POSITIVOS DO ADOLESCENTE
SEXUALIDADE	SEXUALIDADE	SEXUALIDADE
ESPECIALIZAÇÃO	FORMAÇÃO	FORMAÇÃO
COMPETÊNCIAS	COMPETÊNCIAS	COMPETÊNCIAS DO ADOLESCENTE
DIFICULDADE	DIVISÃO	DIVISÃO
DECISÃO		

Como na aplicação individual as categorias foram compactadas, procedemos aqui de forma semelhante, a fim de que pudesse ser feita comparação entre as associações coletivas e as individuais. Portanto, as categorias “aspectos positivos do adolescente” e “sexualidade” foram agrupadas em “características do adolescente”; as categorias “competências do adolescente” e “formação” foram reunidas em uma única categoria “necessidades do adolescente”; e a categoria “divisão” foi qualificada “transição”, a fim de que ficasse melhor retratada.

O quadro abaixo demonstra as categorias compactadas:

3º MOMENTO	COMPACTADAS
ASPECTOS POSITIVOS DO ADOLESCENTE SEXUALIDADE	CARACTERÍSTICAS DO ADOLESCENTE
COMPETÊNCIAS DO ADOLESCENTE FORMAÇÃO	NECESSIDADES DO ADOLESCENTE
DIVISÃO	TRANSIÇÃO DO ADOLESCENTE

TABELA III

Categorias correspondentes às Palavras Evocadas pelos Alunos em relação a Adolescente

EVOCÇÕES	FREQÜÊNCIA	CATEGORIA
CURTIR/CURTIR BAILE/CURTIR À VIDA/ FESTAS/BAILE/SAIR À NOITE/VIVER	11	ASPECTOS POSITIVOS DO ADOLESCENTE = 27
BRINCAR/LIBERDADE/DIVERSÃO	7	
FUTEBOL/ESPORTES/JOGA	4	
ESPERTO/ALEGRE	2	
SHOPPING	2	
CONVERSAR	1	
NAMORAR/SEXO	11	
JOVEM/JUVENTUDE/PESSOA/IDADE/ DANILO G. MIRANDA/MENINO	9	
AIDS	1	
ESTUDAR/ESTUDANTE	13	FORMAÇÃO = 16
ESCOLA	2	
MATERIAL	1	
RESPONSABILIDADE/CIDADÃO/ SABEDORIA/ATENÇÃO Q/ VAI FAZER	7	COMPETÊNCIAS = 13
TER ÉTICA/HONESTO/SINCERO	4	
RESPEITO/FAMÍLIA/	2	
TRANSFORMAÇÕES/REBELDIA	3	DIVISÃO = 7
DIFICULDADES/IMATURO	2	
DROGA/BEBER	2	
TOTAL	84	

Neste universo de alunos, a categoria com maior número de evocações para Adolescente foi **aspectos positivos do adolescente**, num total de 27 referências, revelando aspectos que indicam descontração, diversão, curtidão, festa, alegria, esportes, liberdade, entre outros.

As evocações ligadas à temática **sexualidade**, num total de 21 evocações, estão associadas a namoro, a jovens, a idade, a sexo e a aids.

A categoria **formação**, num total de 16 evocações, foi associada a palavras em torno, especialmente, de estudar, de escola e de material escolar.

As associações à categoria **competências do adolescente**, num total de 13 referências, relacionaram-se, principalmente, a responsabilidade, a sinceridade, a ética, a respeito, a sabedoria, a atenção, a cidadão etc.

As associações ao tema **divisão**, num total de 7 referências, evidenciam a diversidade de situações que vão desde o uso e consumo de drogas e bebidas, a período de transformações, rebeldia, dificuldades e imaturidade.

TABELA COM AS CATEGORIAS COMPACTADAS:

Adolescente

EVOCÇÕES	FREQÜÊNCIA	CATEGORIA
CURTIR/CURTIR BAILE/CURTIR À VIDA/ FESTAS/BAILE/SAIR À NOITE/VIVER	11	CARACTERÍSTICAS DO ADOLESCENTE = 48
NAMORAR/SEXO	11	
JOVEM/JUVENTUDE/PESSOA/IDADE/ DANILO G. MIRANDA/MENINO	9	
BRINCAR/LIBERDADE/DIVERSÃO	7	
FUTEBOL/ESPORTES/JOGA	4	
ESPERTO/ALEGRE	2	
SHOPPING	2	
AIDS	1	
CONVERSAR	1	
ESTUDAR/ESTUDANTE	13	
RESPONSABILIDADE/CIDADÃO/ SABEDORIA/ATENÇÃO Q/ VAI FAZER	7	
TER ÉTICA/HONESTO/SINCERO	4	
RESPEITO/FAMÍLIA/ ESCOLA	2	
MATERIAL	1	
TRANSFORMAÇÕES/REBELDIA	3	TRANSIÇÃO = 7
DIFICULDADES/IMATURO	2	
DROGA/BEBER	2	
TOTAL	84	

Depois da compactação, a categoria com maior número de evocações para Adolescente foi - **características do adolescente** – evidenciando variedade de

aspectos como curtidão, curtir a vida, viver, festa, namoro, juventude, diversão, esportes, liberdade, entre outros.

Em seguida, a categoria **necessidades do adolescente** foi associada a palavras em torno, principalmente, de estudar, de ser cidadão, de ter responsabilidade etc.

Assim, a evocação coletiva também indicou que, possivelmente, apontam como centro da representação de Adolescente a noção de usufruir a vida e de preparação para a vida, ou seja, diversão com responsabilidade.

Para Trabalho as categorias foram chamadas: competências, material, formal, positivo, negativo e dever.

Posteriormente, as categorias para Trabalho foram organizadas em função das categorias encontradas no levantamento individual.

Da mesma maneira, a categoria “dever” foi incluída na categoria “competências”; a categoria “formal” foi denominada “objetos concretos”; as respostas “humilde e humildade” foram agrupadas em “competências”, e as categorias para Trabalho passaram a ser cinco, a saber: objetos concretos na relação de trabalho, resultado material do trabalho, competências para trabalhar, aspectos positivos do trabalho, e aspectos negativos do trabalho (conforme Tabela IV).

O quadro abaixo mostra as categorias renomeadas:

Trabalho

1º Momento	2º Momento	3º Momento
FORMAL	OBJETOS CONCRETOS	OBJETOS CONCRETOS NA RELAÇÃO DE TRABALHO
MATERIAL	MATERIAL	RESULTADO MATERIAL DO TRABALHO
COMPETÊNCIAS	COMPETÊNCIAS	COMPETÊNCIAS PARA TRABALHAR
POSITIVO	ASPECTOS POSITIVOS	ASPECTOS POSITIVOS DO TRABALHO
NEGATIVO	ASPECTOS NEGATIVOS	ASPECTOS NEGATIVOS DO TRABALHO
DEVER		

Para Trabalho as categorias também foram compactadas, de maneira que a comparação com o pensamento dos alunos na aplicação individual pudesse ser feita. Assim, as categorias “resultado material do trabalho” e “aspectos positivos do trabalho” foram dispostas na categoria - “frutos do trabalho”; a categoria “competências para trabalhar” foi substituída pela categoria “condições para o trabalho”; e as categorias “objetos concretos na relação de trabalho” e “aspectos negativos do trabalho” foram mantidas.

O quadro abaixo apresenta as categorias compactadas:

3º MOMENTO	COMPACTADAS
RESULTADO MATERIAL DO TRABALHO	FRUTOS DO TRABALHO
ASPECTOS POSITIVOS DO TRABALHO	
OBJ. CONCRETOS NA RELAÇÃO DE TRAB.	OBJETOS CONCRETOS NA RELAÇÃO DE TRABALHO
COMPETÊNCIAS PARA TRABALHAR	CONDIÇÕES PARA O TRABALHO
ASPECTOS NEGATIVOS DO TRABALHO	ASPECTOS NEGATIVOS DO TRABALHO

TABELA IV

Categorias correspondentes às Palavras Evocadas pelos Alunos em relação a Trabalho

EVOCÇÕES	FREQÜÊNCIA	CATEGORIA	
ÔNIBUS/PASSAGEM/PEGAR ÔNIBUS/ CARRO/TRANSPORTE/VIAGENS	9	OBJETOS CONCRETOS NA RELAÇÃO DE TRABALHO = 27	
EMPREGO/ESCRITÓRIO/FÁBRICAS	7		
DIRETOR/EMPRESÁRIOS/CHEFE/ PORTUGUÊS/PATRÃO	6		
TRABALHADOR/OPERÁRIO/FAXINEIRA	3		
FERRAMENTA/UNIFORME/	2		
DINHEIRO/GANHAR DINHEIRO/ POUPANÇA/SALÁRIO	15		RESULTADO MATERIAL DO TRABALHO = 20
AJUDAR/AJUDAR A FAMÍLIA/FAMÍLIA	5		
ESFORÇAR/VENCER/NECESSIDADE/ DETERMINAÇÃO/HUMILDADE/LUTAR	9		
PONTUALIDADE/HORÁRIO/ ACORDAR CEDO	6	COMPETÊNCIAS PARA TRABALHAR = 19	
RESPONSABILIDADE/ATENÇÃO	4		
ESPÍRITO DE TRABALHO/DEVER	4		
HARMONIA/ESPERANÇA/UNIÃO/ HONRAR/RESPEITO	5		
SABEDORIA/INDEPENDÊNCIA/ CERTEZA/IMPORTANTE	4	ASPECTOS POSITIVOS DO TRABALHO = 12	
PRAZER/AMIGOS/BOM	3		
DESEMPREGO/ RACISMO/MISÉRIA/ POBREZA	4		
FADIGA/CANSAÇO	2	ASPECTOS NEGATIVOS DO TRABALHO = 6	
TOTAL	84		

Neste grupo de alunos, a categoria mais destacada no Trabalho, foi construída em torno dos **objetos concretos na relação de trabalho**, num total de 27 referências; está relacionada a emprego, a locomoção através de meios de transportes, fábrica, uniforme, ferramenta e patrão.

As associações ao tema **resultado material do trabalho**, num total de 20 referências, enfocam de maneira especial dinheiro, seguido por salário e ajudar a família etc.

A categoria **competências para trabalhar**, num total de 19 referências, foi associada a diversas evocações como: determinação, responsabilidade, esforço, atenção, pontualidade, lutar, vencer e espírito de trabalho.

As associações que envolvem a categoria **aspectos positivos do trabalho**, num total de 12 referências, relacionam-se a aspectos como: independência, sabedoria, esperança, honra, harmonia, prazer, união e amigos.

Outras associações ligadas aos **aspectos negativos do trabalho**, num total de 6 referências, indicam a preocupação com o desemprego, a miséria e a pobreza, problemas relacionados ao racismo, à fadiga e ao cansaço.

TABELA COM AS CATEGORIAS COMPACTADAS:

Trabalho

EVOCÇÕES	FREQÜÊNCIA	CATEGORIA
DINHEIRO/GANHAR DINHEIRO/	15	FRUTOS DO TRABALHO = 32
POUPANÇA/SALÁRIO		
AJUDAR/AJUDAR A FAMÍLIA/FAMÍLIA	5	
HARMONIA/ESPERANÇA/UNIÃO/	5	
HONRAR/RESPEITO		
SABEDORIA/INDEPENDÊNCIA/	4	
CERTEZA/IMPORTANTE		
PRAZER/AMIGOS/BOM	3	
ÔNIBUS/PASSAGEM/PEGAR ÔNIBUS/	9	OBJETOS CONCRETOS NA RELAÇÃO DE TRABALHO = 27
CARRO/TRANSPORTE/VIAGENS		
EMPREGO/ESCRITÓRIO/FÁBRICAS	7	
DIRETOR/EMPRESÁRIOS/CHEFE/	6	
PORTUGUÊS/PATRÃO		
TRABALHADOR/OPERÁRIO/FAXINEIRA	3	
FERRAMENTA/UNIFORME/	2	CONDIÇÕES PARA O TRABALHO = 19
ESFORÇAR/VENCER/NECESSIDADE/	9	
DETERMINAÇÃO/HUMILDADE/LUTAR		
PONTUALIDADE/HORÁRIO/	6	
ACORDAR CEDO		
RESPONSABILIDADE/ATENÇÃO	4	
ESPÍRITO DE TRABALHO/DEVER		ASPECTOS NEGATIVOS DO TRABALHO = 6
DESEMPREGO/ RACISMO/MISÉRIA/	4	
POBREZA		
FADIGA/CANSAÇO	2	
TOTAL	84	

Após a compactação das categorias, o maior número de evocações para Trabalho são os **frutos do trabalho**, com associações que evidenciam de forma particular o dinheiro, ganhar dinheiro, salário, poupança etc.

A segunda categoria de maior evocação foi organizada em torno dos **objetos concretos na relação de trabalho**; está relacionada a aspectos múltiplos como locomoção através de meios de transportes, viagens, emprego, escritório, fábrica, empresários, chefe e patrão.

A outra categoria que demonstra igualmente o Trabalho são as **condições para o trabalho**, que envolvem associações como esforçar, vencer, determinação, humildade, pontualidade, horário, acordar cedo, entre outras.

Percebe-se que as evocações individuais e as coletivas, provavelmente, indicam para o centro da representação de Trabalho aquilo que ele permite alcançar, ou seja, frutos do trabalho. Os objetos da relação de trabalho e as condições para exercê-lo ainda não se aproximam do centro da representação.

3.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS

a) Dos alunos da aplicação individual para Adolescente

Em relação à concepção Adolescente, o primeiro critério considerado foi - tempo no Programa – sendo o grupo analisado em dois aspectos: até 1 ano no Programa e 2 anos ou mais.

Abaixo, as categorias estão exemplificadas conforme o resultado da classificação:

Tempo de Programa

ATÉ 1 ANO		2 ANOS OU MAIS	
ESCOLHA	CATEGORIA	ESCOLHA	CATEGORIA
1º	necessidades do adolescente	1º	características do adolescente
2º	características do adolescente	2º	necessidades do adolescente
		3º	transição do adolescente

O que se observou foi que no grupo – até 1 ano – a categoria **necessidades do adolescente** foi escolhida em 1º lugar. As evocações que foram citadas nesta categoria demonstram a preocupação dos alunos quanto à necessidade de estudar, ser responsável e trabalhar. E, no grupo – 2 anos ou mais – ocorreu em 2º lugar.

Analisando os dados da ficha de caracterização – tempo no Programa e série que cursa – verificou-se que dos alunos que têm até 1 ano no Programa, 83% cursam de 5ª a 8ª série e um aluno o ensino médio; os alunos com 2 anos ou mais, estão todos (100%) no ensino médio.

Percebe-se ainda que no grupo - 2 anos ou mais - a categoria **características do adolescente** foi escolhida em 1º lugar. As evocações que foram

mencionadas nesta categoria, sugeriram que o adolescente para os alunos está associado a aspectos como aproveitar e curtir a vida, brincar e praticar esportes. E, no grupo – até 1 ano – foi eleita em 2º lugar.

Com as categorias compactadas, o que se observou foi uma concordância de pensamento dos alunos, pois na categoria características do adolescente encontramos a maior ordem média e na categoria **necessidades do adolescente** o maior número de evocações. O que nos indica que, possivelmente, a representação do adolescente tem forte presença das noções de diversão e responsabilidade.

Constata-se, também, que no grupo - 2 anos ou mais - a categoria **transição do adolescente** ocorreu em 3º lugar. As associações que foram relacionadas a esta categoria, mostraram uma inquietação dos alunos, pois ser adolescente significa ter que fazer escolhas; o adolescente para os alunos é complicado, difícil de entender, tem muitas dúvidas e é ansioso. No entanto, no grupo - até 1 ano – esta categoria (**transição do adolescente**) não ocorreu .

Fomos verificar se a presença ou não da categoria **transição do adolescente** estava relacionada à idade. Então, confirmando esta suposição, ao comparar os dados da ficha de caracterização – tempo no Programa e idade – verificou-se que 33% dos alunos têm idades entre 15 e 16 anos e estão há 1 ano no Programa; e que 67% têm idades entre 16 e 18 anos e estão no Programa há 2 anos ou mais.

Assim, talvez esses alunos que são mais novos de idade e estão há menos tempo no Programa, não estejam preocupados ainda com os problemas que envolvem o adolescente, por isso não elegeram esta categoria.

O segundo critério observado foi - idade – sendo o grupo analisado em dois aspectos: até 16 ou 17 ou mais.

Abaixo, as categorias estão apresentadas para o critério idade conforme o resultado da classificação:

Idade

ATÉ 16		17 OU MAIS	
ESCOLHA	CATEGORIA	ESCOLHA	CATEGORIA
1º	necessidades do adolescente	1º	transição do adolescente
2º	características do adolescente	2º	características do adolescente
3º	transição do adolescente	2º	necessidades do adolescente

Observa-se que a categoria **características do adolescente** foi escolhida em 2º lugar tanto para o grupo - até 16 anos – quanto para o grupo - 17 anos ou mais – apontando uma homogeneidade de pensamento, no critério “idade”.

Verifica-se que a categoria **necessidades do adolescente** foi valorizada pelo grupo - até 16 anos – e escolhida em 1º lugar. E, para o grupo –17 anos ou mais – foi escolhida em **2º**, mostrando que os alunos mais novos têm uma expectativa maior com os aspectos que envolvem educação, trabalho e responsabilidade. Talvez os mais velhos já se sintam como tendo correspondido a estas demandas.

Nota-se que a categoria **transição do adolescente** foi valorizada pelo grupo - 17 anos ou mais – escolhida em 1º lugar. E, para o grupo – até 16 anos – foi escolhida em 3º.

Ao comparar os dados da ficha de caracterização – série que cursa - com o fator - 17 anos ou mais – percebe-se que todos (100%) os alunos cursam o ensino médio, confirmando a preocupação desses alunos, que são mais velhos, com os problemas que envolvem os adolescentes quanto ao futuro, suas dúvidas e a tomada de decisão.

O terceiro critério observado foi - número de pessoas que moram em casa – examinado nos aspectos: até 3 pessoas ou mais de 3 pessoas.

Abaixo, as categorias estão demonstradas para o critério número de pessoas que moram em casa conforme o resultado da classificação:

Número de Pessoas

ATÉ TRÊS PESSOAS		MAIS DE TRÊS PESSOAS	
ESCOLHA	CATEGORIA	ESCOLHA	CATEGORIA
1º	necessidades do adolescente	1º	características do adolescente
2º	características do adolescente	2º	necessidades do adolescente
3º	transição do adolescente	3º	transição do adolescente

Observou-se que nos dois grupos – até 3 pessoas e mais de 3 pessoas - a categoria **transição do adolescente** foi escolhida igualmente em 3º lugar, revelando um consenso da maneira de pensar dos alunos.

Notou-se que para o grupo – até 3 pessoas – que a categoria **necessidades do adolescente** foi escolhida em 1º lugar e para o grupo – mais de 3 pessoas – ocorreu em 2º lugar.

Ao comparar este fator – até 3 pessoas – com a ficha sócio-econômica, verificou-se que 75% dos alunos têm até 16 anos e 25% têm 17 ou mais. Assim, é provável que esses alunos que estão há mais tempo no Programa, encontram-se um pouco mais seguros em relação ao futuro. Logo, não valorizaram esta categoria.

Verificou-se, ainda, que no grupo - mais de 3 pessoas – a categoria **características do adolescente** foi escolhida em 1º lugar e no grupo – até 3 pessoas – foi escolhida em 2º lugar, apesar de não ter evidenciado ser diferença significativa.

O ordenamento das categorias segundo os critérios - série que cursa ou de instituição encaminhadora – revelou a concordância do pensamento dos alunos em

torno das três categorias: **necessidades do adolescente**, **características do adolescente** e **transição do adolescente**.

Abaixo, o quadro representa as análises que foram feitas, anteriormente, para Adolescente compactadas para visualização:

CATEGORIA	ESCOLHA									
	TEMPO DE PROGRAMA		SÉRIE	PESSOAS			ENCAMINHA/O		IDA DE	
	ATÉ 1	2 OU MAIS	5ª a 8ª	EM ATÉ 3		MAIS DE 3	PASTORAL	FIA/SMDS	ATÉ 16	17 OU MAIS
necessidades do adolesc	1º	2º	1º	1º	1º	2º	1º	1º	1º	2º
características do adolesc	2º	1º	2º	2º	2º	1º	2º	2º	2º	2º
transição do adolesc		3º	3º	3º	3º	3º	3º	3º	3º	1º

O que se observa é que os alunos que escolheram em 1º lugar a categoria - **necessidades do adolescente** – são aqueles que estão há menos tempo no Programa, são os que cursam de 5ª a 8ª série e são também os mais novos. E, os alunos que escolheram esta mesma categoria (**necessidades do adolescente**) em 2º lugar, são aqueles que estão há mais tempo no Programa e que são mais velhos.

b) Dos alunos da aplicação individual para Trabalho

Para a idéia Trabalho, o primeiro critério verificado foi - tempo no Programa - examinado em dois aspectos: até 1 ano no Programa ou 2 anos ou mais.

Abaixo, as categorias estão apresentadas de acordo com o resultado da classificação:

Tempo de Programa

ATÉ 1 ANO		2 ANOS OU MAIS	
ESCOLHA	CATEGORIA	ESCOLHA	CATEGORIA
1º	frutos do trabalho	1º	condições para o trabalho
2º	condições para o trabalho	2º	frutos do trabalho
3º	objetos concretos na relação de trab.	3º	objetos concretos na relação de trab.
4º	aspectos negativos do trabalho	4º	aspectos negativos do trabalho

Constatou-se que para o grupo - 2 anos ou mais - a categoria **condições para o trabalho** foi escolhida em 1º lugar. Essa categoria envolve associações como força de vontade, responsabilidade, trabalhar bem, não desistir, pontualidade, entre outras. Contudo, no grupo - até 1 ano no Programa - esta categoria foi escolhida em 2º lugar.

Fomos averiguar se a categoria **condições para o trabalho** estava relacionada ao critério idade. Ao confrontar os dados da ficha de caracterização – tempo no Programa e idade – constatou-se que 67% têm idades entre 16 e 18 anos e estão no Programa há 2 anos ou mais; e que 33% dos alunos têm idades entre 15 e 16 anos e estão há 1 ano no Programa. Isso leva-nos a pensar que os alunos que estão há mais tempo no Programa contam com maior experiência e, em breve, terão que optar por uma profissão. Por esse motivo, valorizaram mais esta categoria.

Percebeu-se que para o grupo – até 1 ano – a categoria **frutos do trabalho** foi escolhida em 1º lugar. Essa categoria envolve associações que se referem basicamente a dinheiro, salário, fonte de sustento, poupança etc. E, no grupo - 2 anos ou mais - esta categoria foi escolhida em 2º lugar.

Ao comparar o fator até 1 ano no Programa, com o critério - idade - da ficha de caracterização, verificou-se que todos os alunos com menos tempo no Programa, são também os de menor idade e são os que se encontram mais interessados com o produto final que se obtém por meio do trabalho.

A categoria **objetos concretos na relação de trabalho** para ambos os grupos – até 1 ano e 2 anos ou mais - foi escolhida em 3º lugar, evidenciando uma concordância de pensamento. As associações relacionadas a esta categoria foram em torno de fatores como local de trabalho (escritório, supermercado e shopping), patrão, chefe e carteira assinada.

Nota-se também que nos dois grupos – até 1 ano e 2 anos ou mais - a categoria **aspectos negativos do trabalho** foi escolhida em 4º lugar por ambos, mostrando também a semelhança de idéias. As associações que foram mencionadas nesta categoria, apontaram problemas relacionados ao estresse e à preocupação dos alunos com a inserção no mercado de trabalho.

Depois que foram compactadas, observa-se que as duas categorias com as maiores freqüências são os **“frutos do trabalho”** e as **“condições para o trabalho”** e, portanto, as que mais expressam o Trabalho para os adolescentes.

O segundo critério observado foi - série que cursa – analisado em dois aspectos: 5ª a 8ª ou ensino médio.

Abaixo, as categorias estão exemplificadas conforme o resultado da classificação:

Série

5ª a 8ª		ENSINO MÉDIO	
ESCOLHA	CATEGORIA	ESCOLHA	CATEGORIA
1º	frutos do trabalho	1º	condições para o trabalho
2º	condições para o trabalho	2º	frutos do trabalho
3º	objetos concretos na relação de trab.	3º	objetos concretos na relação de trab.
4º	aspectos negativos do trabalho	4º	aspectos negativos do trabalho

Constatou-se que para o grupo – ensino médio - a categoria **condições para o trabalho** foi escolhida em 1º lugar. E, no grupo – 5ª a 8ª - esta categoria foi escolhida em 2º lugar.

O que se observa é que os alunos que escolheram em 1º lugar a categoria - **frutos do trabalho** – são aqueles que estão há menos tempo no Programa, são os que cursam de 5ª a 8ª série e são aqueles que têm mais pessoas morando em casa e, provavelmente, os de menor poder aquisitivo.

Os alunos que escolheram a categoria - **condições para o trabalho** - em 1º lugar, são os que freqüentam há mais tempo o Programa, os que estão cursando o ensino médio e os que têm menos gente morando em casa.

As categorias - **objetos concretos na relação de trabalho e aspectos negativos do trabalho** – foram escolhidas para todos os critérios em 3º e 4º lugares, respectivamente.

c) Dos alunos da aplicação individual e grupal para Adolescente

Como resultado da técnica da associação de idéias aplicada nos dois grupos - individual e em grupo - apareceram três categorias que foram organizadas, igualmente, para ambos os grupos, em relação à concepção Adolescente.

Abaixo, as categorias estão organizadas conforme o resultado da classificação:

Adolescente

ASSOCIAÇÃO INDIVIDUAL		ASSOCIAÇÃO EM GRUPO	
CATEGORIAS	ESCOLHA	CATEGORIAS	ESCOLHA
necessidades do adolescente	1º	características do adolescente	1º
características do adolescente	2º	necessidades do adolescente	2º
transição do adolescente	3º	transição do adolescente	3º

A categoria **transição do adolescente** foi escolhida pelos alunos dos dois grupos (individual e grupo) em 3º lugar, mostrando uma conformidade de pensamento em ambos os grupos.

Contudo, o que chama atenção é a categoria **necessidades do adolescente** - na aplicação individual foi valorizada, sendo escolhida em 1º lugar, e na aplicação em grupo em 2º lugar. Embora as associações decorrentes desta categoria, nos dois grupos, ficassem em torno, sobretudo, de responsabilidade, percebe-se que na aplicação individual foram atribuídos valores a associações como: respeito a todos e trabalho.

A outra categoria, **características do adolescente**, na aplicação em grupo foi escolhida em 1º lugar e na aplicação individual em 2º lugar. As evocações associadas a esta categoria foram semelhantes nos dois grupos, envolvendo temas como curtir a vida, diversão, namoro, juventude etc.

Essas diferenças talvez possam ser atribuídas ao fator tempo no Programa. Entre os alunos que participaram da aplicação em grupo, a maioria está há pouco tempo no Programa e os alunos da aplicação individual estão, pelo menos, há 1 ano no Programa.

Ao confrontar os dois grupos de aplicação, verifica-se que ambas evocações – individual e de grupo – apontam para o significado aglutinador da representação de adolescente as noções de diversão com responsabilidade.

d) Dos alunos da aplicação individual e grupal para Trabalho

Para Trabalho, após a compactação, foram organizadas quatro categorias para os dois grupos, a seguir: **frutos do trabalho, condições para o trabalho,**

objetos concretos na relação de trabalho, e aspectos negativos do trabalho, que foram ordenadas de maneira bem semelhante nos dois grupos, com pequenas variações.

Abaixo, as categorias estão apresentadas de acordo com o resultado da classificação:

Trabalho

ASSOCIAÇÃO INDIVIDUAL		ASSOCIAÇÃO EM GRUPO	
CATEGORIAS	ESCOLHA	CATEGORIAS	ESCOLHA
frutos do trabalho	1º	frutos do trabalho	1º
condições para o trabalho	2º	objetos concretos na relação de trab.	2º
objetos concretos na relação de trab.	3º	condições para o trabalho	3º
aspectos negativos do trabalho	4º	aspectos negativos do trabalho	4º

As categorias “**frutos do trabalho**” e “**aspectos negativos do trabalho**” foram escolhidas pelos dois grupos (individual e grupal) de forma idêntica em 1º e 4º lugares, respectivamente. O que reforça a conformidade de pensamento.

No entanto, a categoria **aspectos negativos do trabalho**, apesar de ter sido escolhida em ambos os grupos em último lugar, chamou atenção pelo conteúdo das evocações dadas pelos alunos da aplicação em grupo, pois revelam a preocupação com a miséria e a pobreza, e com problemas relacionados ao racismo.

A categoria **condições para o trabalho** foi escolhida em 2º lugar pelo grupo da aplicação individual e em 3º pelos alunos da aplicação em grupo, e abrangeram associações que se referem, essencialmente, à força de vontade e responsabilidade. Provavelmente, essa diferença possa ser atribuída uma vez mais ao fator - tempo no Programa - que mantém relação com a idade, já que a maioria

dos alunos que participou da aplicação em grupo, entrou recentemente no Programa. Assim, os mais novos e os mais recentes no Programa ainda estão distanciados da relação com o trabalho, portanto, não dimensionam bem as condições que o trabalho exige.

Esses alunos da aplicação em grupo valorizaram em 2º lugar a categoria **objetos concretos na relação de trabalho** e os da aplicação individual em 3º lugar. As associações relacionadas a esta categoria se referiram a fatores múltiplos como chefe, patrão, emprego, escritório, fábrica, empresários, viagens e meios de transportes. Isto mostra o interesse desses alunos por elementos palpáveis organizadores do trabalho.

Esses dados apontam que a categoria **“frutos do trabalho”** parece participar do significado central da representação desses alunos, tanto da aplicação individual como da aplicação em grupo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cada vez mais na área da Educação, nos âmbitos individual e de grupos sociais, têm-se utilizado a teoria das Representações Sociais para se avaliar o nível do conhecimento, das normas, das atitudes, dos valores, das crenças etc.

Nesse trabalho temos o entendimento de que o referencial teórico-metodológico apresentou-se apropriado, já que levantou indícios das representações dos alunos do PRCC, tanto através da aplicação individual quanto da aplicação do grupo, contemplando os objetivos propostos.

Procuramos mostrar “o quê” e “como” pensam esses alunos que optaram pelo ingresso no PRCC, cuja finalidade é desenvolver áreas como: educação, trabalho, esporte, saúde, cultura e lazer.

A análise dos dados obtidos na entrevista indica que o Programa é visto pelos adolescentes de maneira positiva, reconhecendo a importância da escolaridade básica integrada ao processo de iniciação profissional. Como afirma Demo (2001), a pobreza não é um elemento natural, ela é produzida. Desta forma, percebe-se a motivação e o interesse dos alunos que vêm no Programa a possibilidade de superar as precárias condições de vida de seus pais ou responsáveis

Os alunos (100%) reconhecem que mudaram de conduta após ingressarem no Programa. Percebem-se como uma pessoa “melhor” que, segundo eles, não ficam mais nas ruas zoando o dia inteiro em má companhia, pois, depois que passaram a fazer parte do Programa, consideram-se mais responsáveis, dedicam-se mais aos estudos e aprendem alguns ofícios. Eles percebem o Programa como modificador de comportamentos e acreditam que praticamente todos conseguem se

adaptar às exigências do mesmo (Programa), basta estar interessado e se comprometer. No entanto, crêem que para o aluno não desistir os pais devem colaborar e ajudar, pois também são responsáveis e podem auxiliar nesta mudança.

Um terço dos alunos não acrescentaria nada ao Programa para ficar melhor, no entanto, os dois terços restantes ampliariam o Programa, tanto na aquisição de tecnologia de conhecimento e de informação quanto no que diz respeito ao lazer.

A maioria dos alunos afirma que após entrarem no Programa aprenderam a estudar, a gostar de esportes, a ter sonhos e a planejar o futuro, como: prestar concurso para o Pedro II, arranjar emprego, fazer faculdade e ser militar. Acreditam que o Programa dá dicas de cidadania – seus direitos e deveres. E que, também, resgata a cidadania dos adolescentes que moram em área de risco, tentando tirá-los do mundo do tráfico; alguns conseguem e outros não, isto é, sair “dessa vida” e aprender uma profissão.

O Programa é percebido pelos alunos como uma oportunidade e como uma possibilidade de crescimento e desenvolvimento pessoal que permitirá o acesso ao mundo do trabalho e, portanto, um futuro mais promissor. Desta maneira, sentem-se ocupando um espaço, ou seja, julgam-se incluídos na sociedade.

Nascimento (2003), cita quatro dimensões com as quais podemos ter êxito sobre a exclusão social, são elas: inserção no mundo do trabalho, integração familiar, participação política e social e controle de riscos da marginalidade e da violência. Na análise das relações entre essas dimensões e os indicadores de como pensam os alunos acerca do Programa, percebe-se que alguns desses indicadores atuam mais intensamente sobre os jovens. Os alunos vêem o Programa como modificador de comportamentos, pois obriga a freqüentar a escola e estimula o desenvolvimento de atividades que favorecem a descoberta de valores, contribuindo

para afastá-los da violência e da marginalidade. Em relação à dimensão inserção no mundo do trabalho, o Programa favorece o desenvolvimento de atitudes positivas, facilitando o acesso do jovem no mercado de trabalho. Quanto à dimensão participação política e social, apareceu somente no aspecto individual de responsabilidade. E não obtivemos dados a respeito da dimensão “integração familiar”.

Dados da avaliação de 2002 indicam que o Programa foi afirmativo em, aproximadamente, 43% (327) do total de alunos (767) que o freqüentam. Os resultados nos fazem acreditar que só permanecem no Programa aqueles que desenvolvem atitudes que favorecem o seu desempenho. Isto demonstra que o Programa atinge o objetivo de estimular os estudos e ser responsável.

Na representação de Adolescente, os elementos “diversão” e “responsabilidade” foram destacados por ambos os grupos – individual e grupal - e parecem estar no núcleo central na representação do adolescente.

Para esses jovens as representações de Adolescente foram construídas e se estruturam em torno de elementos como: ser ou estar adolescente é muito legal, é um período para curtir a vida, de muitas brincadeiras, de prática de esportes, namoro e sexo. É, ao mesmo tempo, uma fase de muita leveza, ou seja, de meninice onde não se exige responsabilidade.

Essa imagem sobre o Adolescente adotada por esses jovens, possivelmente, pode ter sido incorporada pelo fato de o Programa, que é visto positivamente, garantir atividades de esportes, cultura e lazer. Desse modo, constata-se que o Programa está em consonância com o ECA, que no artigo 16 assegura o direito à liberdade, compreendendo no parágrafo IV o seguinte aspecto: brincar, praticar esportes e divertir-se.

A outra representação de Adolescente foi organizada em torno de fatores como: responsabilidade, estudar, ser cidadão e ser o futuro da nação, indicando que esta noção está relacionada com o envolvimento e comprometimento dos jovens nas decisões que tenham impacto sobre suas vidas, a motivação por um ensino de qualidade, a perspectiva da capacitação para o trabalho e o exercício da cidadania.

Essa idéia dos alunos está de acordo com Serrão e Baleeiro (1999), que enfatizam como princípios básicos de cidadania a responsabilidade social, os direitos humanos e o comprometimento social na consolidação do destino de todos os membros da sociedade.

O quadro abaixo exemplifica os elementos da representação social de Adolescente mais destacados pelos alunos de ambos os grupos:

Associação Livre	Aplicação Individual	Aplicação em Grupo
Adolescente	Diversão	Diversão
	Responsabilidade	Responsabilidade

Para esses adolescentes, a representação de Trabalho, provavelmente, tem como acepção central o fator “dinheiro e semelhantes”, que torna possível a sobrevivência.

As representações construídas sobre o Trabalho se estruturam em torno de que o trabalho gera um salário e, através do “dinheiro”, poderão se sustentar, ajudar a família, conquistar “coisas” (bens materiais). Este pensamento dos alunos está de acordo com Zaluar (2000), que diz que, através do trabalho, conseguimos dinheiro para a aquisição de produto de consumo, tornando possível a sobrevivência. É concordante também com Candau (1995), que afirma que viver com dignidade, para a maioria do povo brasileiro, supõe atingir a satisfação de necessidades básicas.

O quadro abaixo sintetiza os elementos da representação social de Trabalho mais destacados pelos alunos de ambos os grupos:

Associação Livre	Aplicação Individual	Aplicação em Grupo
Trabalho	Dinheiro e Semelhantes	Dinheiro e Semelhantes

Os alunos têm consciência de que trabalhar exige certas qualificações que envolvem competências como dedicação, esforço, disciplina, estudar sempre etc. E o trabalho compreende, também, aspectos vários como viagens, locomoção, fábrica e patrão.

Apesar desses elementos ainda não parecerem constituir o núcleo da representação, a preocupação com os objetos concretos da relação de trabalho e as condições para desempenhá-lo foram destacados pelos alunos.

Esta pesquisa teve a intenção de avaliar o Programa Rio Criança Cidadã através das representações dos seus participantes, com a finalidade de saber se ele realmente atinge os objetivos a que se propõe.

O que se viu foi que os alunos constróem representações sociais que expressam a forma consensual de pensamento com uma visão positiva acerca do Programa. Quando os adolescentes falam sobre Adolescente e Trabalho, estão falando de si próprios, do momento presente e também de um conjunto de expectativas em relação ao futuro pessoal e profissional.

Vimos que o processo de inserção social dos alunos é pensar na idéia Adolescente como participação de atividades civis e sociais, e pensar a concepção Trabalho enquanto aquilo que favorecerá a aquisição de bens e garantirá a sobrevivência.

Assim, queremos ressaltar que os sentidos construídos por esses jovens não são generalizáveis devido à especificidade do Programa. Apesar disso, gostaríamos de destacar que iniciativas como esta podem ser “um dos” caminhos para evitar a marginalidade do jovem, possibilitando seu acesso ao acervo cultural de nossa sociedade.

5 REFERÊNCIAS

ABRIC, J. C. A Abordagem Estrutural das Representações Sociais. In: MOREIRA, A. S. P.; OLIVEIRA, D.C. (Org.). **Estudos interdisciplinares de representação social**. 2ª. Ed. Goiânia: AB, 2000.

ALBUQUERQUE, N. C. **Adolescente em situação de risco: Representações Sociais de Professores e Educadores Sociais**. 2001. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

ALVES-MAZZOTTI, A. J. **A abordagem estrutural das representações sociais**. Psic. da Ed., São Paulo, 14/15, 1º e 2º. sem. de 2002. pp. 17-37.

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; DUARTE, M. A. A Representação de “Menino de Rua” por Crianças e Adolescentes de Classe Média. In: MOREIRA, A.S.P. (Org.). **Representações Sociais: Teoria e Prática**. João Pessoa: Ed. Universitária, 2001. cap. 17 - p. 391-410.

BALESTRERI, R. B. **Cidadania e direitos humanos**: um sentido para a educação. Capítulo IV. Educar para a cidadania. 2000. Disponível em : <http://www.dhnet.org.br/educar/balestreri/sentido/index.html>. Acesso em: 15 set 2004.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição Federal 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 12 jul 2003.

BRASIL. Presidência da República – Subchefia para assuntos jurídicos. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. Lei 8069/90 de 13 de julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm. Acesso em: 12 jul 2003.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística** – IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 27 mai 2006.

BRASIL. **Princípios das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil** (Diretrizes de Riad). Disponível em: <http://www.mj.gov.br/sedh/dca/convriad.htm>. Acesso em: 12 julho 2003.

BRASIL. Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem). Unidade Formativa

I. **Manual do Educador**; organizadora Maria Umbelina Caiafa Salgado. Brasil: Presidência da República, Secretaria Geral, Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estatuto da Associação Beneficente Rio Criança Cidadã**. ABRCC. 5ª. Seção do Comando Militar do Leste – 1ª. Região Militar. Rio de Janeiro, 1996.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Termo de Convênio do Programa Rio Criança Cidadã**. Ministério do Exército. 5ª. Seção do Comando Militar do Leste – 1ª. Região Militar. Rio de Janeiro, 1993.

BRASIL. Ministério da Educação. Censo Profissional. Inep, 1999. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/basica/levantamentos/outroslevantamentos/profissional/lprofissional.htm>. Acesso em: 11 julho 2005.

BRASIL. UNICEF. **Educação** - Indicadores sobre crianças e adolescentes 90-99. Disponível em: <http://www.unicef.org.br>. Acesso em : 12 jul 2003.

CAMPOS, P. H. F. Quando a exclusão se torna “objeto” de representação social. In: MOREIRA, A.S.P. (Org.). **Representações Sociais**: Teoria e Prática. João Pessoa: Ed. Universitária, 2001. cap. 6 - p. 103-121.

CANAU, V. M. et al. **Oficinas pedagógicas de direitos humanos**. Rio de Janeiro: Editora Vozes. 2000. Disponível em: http://www.multirio.rj.gov.br/seculo21/texto_link.asp?cod_link=163&cod_chave=2&letra=a. Acesso em: 14 set. 2004.

CANAU, V. M. et al. **Tecendo a cidadania**: oficinas pedagógicas de direitos humanos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

CERVINI, R.; BURGER, F. O menino trabalhador no Brasil urbano dos anos 80. In: CERVINI, R., FAUSTO, A. (Org.). **O trabalho e a rua**: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80. São Paulo: Cortez, 1991. p. 17- 46.

CUNHA, L. A. O ensino profissional na virada do século. In:_____ **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. São Paulo: Editora Unesp, Brasília, DF; FLACSO, 2000, p.213-264.

DEMO, P. **Cidadania Pequena**: fragilidades e desafios do associativismo no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. (Coleções polêmicas do nosso tempo;80)

DEMO, P. **Política social do conhecimento**: sobre futuros do combate à pobreza. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

DEMO, P. **Cidadania tutelada e cidadania assistida**. Campinas, SP: Autores Associados, 1995.

JODELET, D. Os processos psicossociais da exclusão. In SAWAIA, B. (Org.). **As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis Vozes, 2004. p. 53-66.

JODELET, D. (Org.). **Representações sociais**: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (Org.). **As representações sociais**. Tradução de Lilian Ulup. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 17-44.

LEITE, L. C. **Meninos de rua**: a infância excluída no Brasil. Lígia Costa Leite: coordenação Wanderley Loconte. São Paulo: Atual, 2001. (Espaço & debate)

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais**: Investigações em psicologia social. Traduzido por Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MOSCOVICI, S. Das Representações Coletivas às Representações Sociais: elementos para uma história. In: JODELET, D. (Org.). **As representações sociais**. Tradução de Lilian Ulup. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p. 45-66.

NASCIMENTO, E. P. Juventude: Novo alvo da exclusão social. In: BURSZTYN, M. (Org.). **No meio da rua**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003, p. 121-138.

NEVES, L. M. W. Educação: um caminhar para o mesmo lugar. In: LESBAUPIN, Ivo (Org.). **O desmonte da nação**. Balanço do governo FHC. Rio de Janeiro: Vozes, 1999, p.133-152.

NÓBREGA, S. M. da. Sobre a Teoria das Representações Sociais. In: MOREIRA, A.S.P. (Org.). **Representações Sociais**: Teoria e Prática. João Pessoa: Ed. Universitária, 2001. cap. 4 - p. 55-87.

OLIVEIRA, D. A. **A educação básica e profissional no contexto das reformas dos anos 90**. Trabalho & Educação, Revista do NETE, UFMG, jan/jul 2001, 47-74.

PARO, V. H. *Cidadania, democracia e educação*. In: PARO, V. H. **Escritos sobre a educação**. São Paulo: Xamã, 2001.

PAUGAM, S. O enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais – uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. In: SAWAIA, B. (Org.). **As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis Vozes, 2004. p. 67-86.

RIZZINI, I. **Vida nas ruas: crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis/coordenação: Irene Rizzini**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003.

RIZZINI, I.; BUTLER, M. U. Crianças e adolescentes que vivem e trabalham nas ruas: revisitando a literatura. In: RIZZINI, I. (Coordenação). **Vida nas ruas: crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis/coordenação: Irene Rizzini**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003. p.17-44.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil: afinal, do que se trata?**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

SÁ, C.P. **Núcleo central das representações sociais**. Petrópolis. RJ: Vozes, 2002.

SERRÃO, M.; BALEEIRO, M. C. **Aprendendo a ser e a conviver**. Colaboradoras 2. ed. São Paulo: FTD, 1999.

Souza, Herbert de (Betinho). **Poder do cidadão**. Disponível em: <<http://www.acaodacidadania.com.br/>>. Acesso em: 12 janeiro 2006.

VON SIMSOM, O. R. M. Uma sondagem preliminar da atuação das instituições voltadas para a educação não-formal. In: VON SIMSOM, O. R. M., PARK, M. B., FERNANDES, R. S. (Org.). **Educação não-formal Cenários da criação**. Co-edição: Centro de Memória da Unicamp/Arte Escrita. 1ª. edição, 2001.

ZALUAR, A. **A máquina e a revolta: as organizações populares e as significações da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

ANEXO I - FICHA SÓCIO-ECONÔMICA

Idade:

Série:

Encaminhado:

Tempo no programa:

Onde mora:

Quem vive na sua casa com você?

Das pessoas que moram na sua casa: Quem trabalha? E em que trabalha?

Como é a sua casa?

1) Como você chegou no programa?

ANEXO II - ENTREVISTA

2) Você acha que você se modificou desde que chegou no Programa?

Se SIM:

- 1) Como você era antes?
- 2) Como você é agora?
- 3) Como é este Programa? Fale sobre o Programa?
- 4) Como ele (o Programa) é capaz de mudar (alguém)?
- 5) Você acha que todos mudam?
- 6) Quem é que muda?
- 7) Quem não muda?
- 8) O que mais você colocaria neste Programa para ele ficar melhor ainda?

Se NÃO:

- 1) Como você é?
- 2) Como é este Programa? Fale sobre o Programa?
- 3) Você acha que o Programa é capaz de mudar alguém?
- 4) Você acha que todos mudam?
- 5) Quem é que muda?
- 6) Quem não muda?
- 7) O que você colocaria neste Programa para ele melhorar?

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)